

# TEMPO, MODERNIDADE E NATUREZA

Maurício Waldman



EDITORA KOTEV  
SÉRIE ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO 1

# TEMPO, MODERNIDADE E NATUREZA <sup>1</sup>

MAURÍCIO WALDMAN <sup>2</sup>

“A verdadeira essência do tempo é outra: é de natureza qualitativa, é a apreensão imediata e intuitiva de um eterno *fluir*, ou de algo que *dura*, dentro e fora de nós. Na sua pureza primitiva, na sua essencialidade mais profunda, o tempo é essa duração mesma, *la durée*, irreduzível a fórmulas e a grandezas mensuráveis, apreensível apenas por intuição - por um ato de intuição *sui generis*, capaz de mergulhar no fluxo perene da vida mental em constante movimento, ou nessa correnteza que é o próprio *élan vital* de todos os seres organizados e em cujo seio heterogêneo e móvel se integra a consciência”.

Almir de Andrade, *As Duas Faces do Tempo - Ensaio Crítico sobre os Fundamentos da Filosofia Dialética*, 1971, página 77.

## I. TEMPO SOCIAL, SOCIEDADES TRADICIONAIS E MEIO AMBIENTE

Tempo e espaço constituem, por definição, dimensões intercambiáveis. Toda vez que discutimos determinada interpretação social do tempo estamos, mesmo que não explicitando, discutindo uma dimensão espacial com a qual certo tempo social está em parceria.

Para cada sociedade, grupo ou cultura, compete uma determinada organização do espaço e tempo social singular para mantê-la. Firmando, pois arranjos temporais e espaciais em interação cabal com a geografia e a história, expressam, de igual modo, formas específicas de apropriação da natureza.

Tal apropriação, numa assertiva que há muito se tornou senso comum para ciências sociais, “é uma condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é a condição natural eterna da vida humana” (MARX, 1975a: 208).

Firmando um metabolismo com as forças da natureza, a intervenção das sociedades junto aos fluxos e ciclos do entorno ecológico, na dependência dos desígnios sociais em curso, agregaram no espaço habitado, uma funcionalidade dotada de maior ou menor perdurabilidade, ou para utilizar uma expressão em voga nos dias de hoje, de sustentabilidade ecológica ou ambiental.

Neste particular, é inegável que as sociedades tradicionais, quer dizer, antigas, pré-modernas, não-ocidentais e não-burguesas, estiveram muito mais próximas de uma relação perdurável com a natureza do que os modelos modernos de relação com o meio natural.

Não sem razão, as formações sociais de outrora terminaram incorporadas a um imaginário ecológico, tornando-se alvo de um ativo consumo simbólico por parte dos vários segmentos que no seio da Modernidade <sup>3</sup>, organizam mobilizações em defesa do meio ambiente (Figura 1).

Esta peculiaridade das formações sociais de outrora, procedia da autoridade de interpretações sociais do tempo que, assimilando os ritmos presentes no tempo-espaço natural, apreendiam, mesmo que de forma não-premeditada, o tempo em sua pureza primitiva, em sua essencialidade mais profunda inteligível por intuição, ou, vale ressaltar, *nas suas significações qualitativas* (ANDRADE, 1971: 77).



**FIGURA 1 - Mulheres da etnia Araweté do Ipixuna (Pará, Brasil), fotografadas na beira de um pequeno lago em meio à floresta amazônica. Os povos indígenas de todo o Planeta, especialmente os que habitam espaços pouco tocados pela Modernidade, em razão da imersão destas sociedades no meio natural, se transformaram num dos símbolos mais sedutores da conservação do meio ambiente (Foto: Eduardo Viveiros de Castro. In: CASTRO, 1992: 116).**

Retratando conjunturas históricas específicas e particulares, estas leituras do fruir do tempo estavam encadeadas com formas de produção que primavam, como avaliaria o enfoque do materialismo histórico, *por um escasso desenvolvimento das forças produtivas*. Logo, pouco ou nada possuíam em comum com a que posteriormente passou a vigorar no mundo ocidental. A respeito, atentemos para o excerto que segue:

“Cada civilização percebe o tempo através de sistemas que lhe são próprios. Estes se formam durante a atividade prática dos homens, à base de sua própria experiência e da tradição herdada das gerações anteriores. A cada etapa do desenvolvimento da produção, da evolução da economia e do homem com relação ao meio natural, correspondem maneiras particulares de viver o mundo” (GOUREVITCH, 1975: 263).

Assim, os povos considerados partícipes do vasto conjunto das sociedades de economia suficiente, de demandas ótimas ou que dispensavam a atuação do Estado, viviam sob o domínio de uma temporalidade sensível, que se manifestava dentro e fora dos diferentes estratos a partir dos quais o espaço pode ser aquilatado, desde o espaço do corpo, passando pelo território dos grupos e alcançando o cosmos.

Esta conotação qualitativa entendia o fruir do tempo associando-o ao deslocamento das brisas e das marés, ao marulhar da vegetação, à germinação dos cultivos, ao movimento dos astros, às condições atmosféricas e emanções gerais da natureza. Dentre estas últimas, as que inclusive se imiscuem nos dinamismos corporais dos humanos.

De um modo quase geral, os ritmos sociais conjuminavam-se com uma *visão cíclica e não-linear do tempo*, pela qual este se renovava continuamente, constituindo objeto de um diálogo simbólico permanente.

Nesta lógica, *o caráter reversível deste tempo* consolidava uma segurança ontológica consubstanciada nas práticas rotinizadas pela tradição, que constituía a mola propulsora da temporalidade. Prescrevia uma lógica na qual passado, presente e futuro se entrelaçavam numa única expressão temporal, base para uma identidade duradoura das relações sociais (GIDDENS, 1991: 107).

Esta postura frente ao tempo era detectável, por exemplo, nas sociedades clânicas, assim como nas primeiras formações estatais, comumente indexadas ao conceito de modo de produção asiático ou tributário, articulado numa variada coleção de teatros geográficos (Cf. WALDMAN, 1994 e 1992c; TUAN, 1980; BANU, 1978; SOFRI, 1977; MARX, 1976, 1975a e 1975b; GOUREVITCH, 1975).

Nesta heterogênea coleção de coletividades, o tempo cíclico constituía parte de uma prefiguração cósmica mais ampla, na qual um *tempo cósmico*, articulado com os fluxos maiores do meio natural, formava uma *identidade inquebrantável do tempo-espaco social com o natural, do ambiente natural vivenciado com o cosmos nos seus sentidos mais amplos*, explicitada inclusive nos mitos cosmogônicos relativos à origem do universo <sup>4</sup>.

A mais ver, o tempo, nas sociedades do passado, divergia quanto à forma com que hoje ocorre o percepçionamento do seu fruir, pois para as antigas coletividades, este:

“não se desenrola de maneira linear: do passado para o futuro, mas ora é imóvel, ora é cíclico. Aquilo que já foi, retorna a intervalos determinados. Esta concepção do tempo, que encontramos também muito mais tarde, numa forma renovada e em sistemas muito mais evoluídos, está em grande parte ligada ao fato de que o homem não se desligou da natureza, e sua consciência se subordinou às transformações periódicas das estações do ano e dos ciclos de produção que lhe são adaptados. Por conseguinte, a interpretação do mundo natural, e também do mundo social, segundo as categorias míticas, gera a crença no eterno retorno” (Cf. GOUREVITCH, 1975: 265-266).

Esta noção transparece junto a uma série de engenhos pré-modernos, erroneamente sinonimizados com os relógios mecânicos modernos. Os engenhos preocupados com a mensuração do tempo, que fizeram sua aparição junto às civilizações de outrora, diferiram dos criados no alvorecer da Modernidade por incorporarem uma série de preocupações que hoje seriam interpretadas como ingênuas ou exóticas.

Tais *proto-relógios*, que em muitos casos eram verdadeiras maravilhas mecânicas, dedicavam especial atenção aos dinamismos celestes, identificados por sua vez, com a volição de deuses poderosos e onipresentes.

Pondera a este respeito o inglês Derek de Solla PRICE, reconhecida autoridade em história da ciência: “Seria errôneo supor que os relógios hidráulicos ou os de Sol, aos quais estes estão estreitamente ligados, tivessem o fim utilitário predominante de marcar o tempo. Sem dúvida eles eram, por vezes, concebidos para este fim prático, mas de modo geral, sua concepção e propósito tinham o fim de satisfação estética ou religiosa, derivada de fazer com que um aparelho imitasse os céus” (1976: 61).

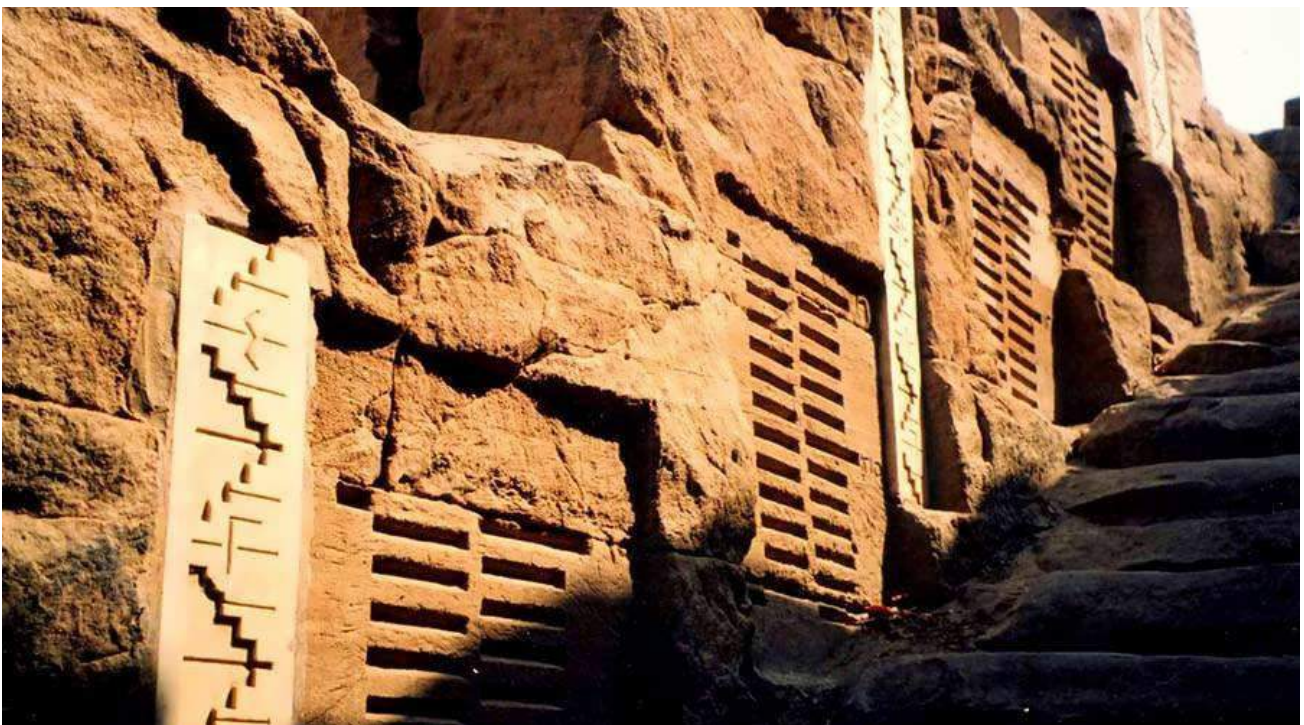
A rigor, as cosmogonias temporais do passado, refletiam um *encaixe do tempo com o espaco social e de ambos, com o tempo-espaco da natureza*. Por extensão, o espaco geográfico existente prescrevia uma presença constante da naturalidade. As grandes

marcas ou obras sociais que demarcavam a implantação do artifício (como canais, estradas ou diques), inseriam conteúdos de naturalidade, permitindo a vazão dos fluxos naturais ou então, uma contenção dentro de limites bastante precisos.

Mesmo os mais ousados objetos espaciais implantados pelas civilizações do passado constituíam próteses objetivamente enraizadas junto à naturalidade. Deste modo, as estradas acompanhavam as nervuras da topografia, assim como a agricultura em terraços, especializou-se em tirar partido das rugosidades naturais.

No quesito hidrografia, primordial para todas as primeiras civilizações, os canais de irrigação tinham por eixo o fluxo do caudal dos grandes rios; os diques, valorizavam os desníveis naturais do relevo; os reservatórios, eram projetados pressupondo a ação da gravidade e assim por diante.

Provas cabais da essencialidade funcional de que se revestia a oscilação da descarga pluviométrica e do débito fluvial para os homens de antanho, parâmetros sempre prestigiados no imaginário e na materialidade das culturas pré-modernas (Figura 2).



**FIGURA 2 - O ajuste das antigas civilizações com os grandes cursos d'água evidencia-se em toda sorte de objetos espaciais. A foto, registra uma das vistas do Nilômetro de Aswan, erguido na fronteira do antigo Egito Faraônico. Esta estrutura mensurava o nível de água do Nilo durante a temporada anual de cheias, e também, acompanhava as mudanças das características das águas. A obra consistia de uma escadaria com 52 degraus que descia até um portal na beira do Nilo, que preenchia a estrutura no ritmo das oscilações anuais do rio, identificadas por escalímetros esculpidos nas paredes da estrutura do edifício (Fonte: < <https://www.etltravel.com/aswan-egypt/aswan-nilometer-egypt/> >. Acesso: 17-08-2018).**

Fosse atuando nas franjas de um ecossistema (pela caça, pesca, coleta e qualquer outra forma simples de metabolismo com o meio natural), ou ainda, através da socialização dos grandes ciclos presentes no ambiente natural (controle “despótico” da água pelas civilizações de regadio, por exemplo), o processo de territorialização detinha-se junto às manifestações maiores das dinâmicas espaciais e temporais da natureza, acentuando uma evocação naturalizante apreciada pelo *ethos* ecologista.

Nas sociedades da Antiguidade, a combinação entre potencial natural, exploração biológica e ação antrópica, teve, no geral, características de sustentação ecológica. Nas civilizações da Antiguidade, o intercâmbio de materiais logrado na relação com a natureza, engendrou um *habitat artificial*, que sustentado pelas peculiaridades da cultura, da organização social, política e econômica, mantinha um claro diálogo com a naturalidade.

Estes *compartimentos territoriais* (WALDMAN, 1992c), do mais simples aldeamento agrícola ou núcleo de pescadores até os imponentes Estados “despóticos” do antigo oriente, estavam articulados com fenômenos rítmicos da natureza (diurnos, sazonais a anuais), pavimentando uma reprodução socioambiental na escala das gerações, séculos ou milênios.

Apenas excepcionalmente redundando em distúrbios ambientais de monta, os tempos sociais e as formações espaciais de outrora, de volume e densidade variáveis, tão heterogêneos quando heterogêneos eram seus nichos ecológicos, estavam ainda separados por largas extensões de naturalidade em estado bruto ou burilada apenas parcialmente.

Por este conjunto de razões, os tempos pré-modernos poderiam ser definidos, no plano de uma interpretação topológica, como o *domínio de tensões que excluíam o retilíneo, o uniforme e o carpintejado*, declinando, pois do artificial como universo tangível do mensurável ou como uma geometria do não-natural.

Nesta lógica, as interpretações sociais do tempo postulavam como nexos centrais sua renovação através de *atos arquetípicos* (Cf. ELIADE, 1978), um claro epifenômeno da parceria do tempo e do espaço do mundo social com o tempo-espaço natural, em si mesmo um fato categórico, transparente nas inquietações cosmológicas e no próprio aparato tecnológico dos antigos.

Nesta linha de argumentação, note-se que a história da mensuração do tempo e da relojoaria fornecem amplo cabedal de pistas quanto às inquietações temporais das sociedades tradicionais.

Confira-se que os *gnomons* (relógios de Sol), as *clepsidras* (relógios de água) e as *ampulhetas* (relógios de areia), par a par com uma série de habilidosos dispositivos mecânicos e de obras como os *obeliscos* (que também serviam como marcadores da trajetória do Sol), todos foram, sem exceção, pensados e construídos com suporte em primados cosmológicos absolutamente avessos à concepção de um tempo linear e progressivo.

Embora intuissem princípios mecânicos como do *simulacra* (isto é, dispositivos que retratam) e do *automata* (ou seja, mecanismos que se movem por si mesmos) e ainda, se lembrarmos que estes engenhos remontam há vários milênios, fossem tecnicamente muito consistentes, no entanto, note-se que os princípios quantitativos raramente estavam indexados nestes artefatos.

Isto posto, os relógios solares do mundo greco-romano, no que é representativo das averbações temporais da consciência social de outrora, “raramente indicavam, por meio de números, as linhas das horas, mas quase invariavelmente, as linhas do Equador e dos Trópicos estavam ali adequadamente inscritas” (Cf. PRICE, 1976: 61).

O mesmo acontecia com relação aos relógios mecânicos: “com efeito, o mais antigo destes relógios, o construído por Giovanni de Dondi, em Pádua, no ano de 1364, é incomparavelmente o mais complexo de todos. Contém sete mostradores, cada qual deles exibindo um planeta a apresentando toda sorte de dados astronômicos *e mais um modesto mostrador extra, que marca o tempo*” (PRICE, 1976: 41, *grifos nossos*).

Neste senso, muito mais do que regidos por um tempo próprio, os homens sentiam-se presos a toda sorte de inferências cósmicas, que os relógios da Antiguidade procuravam representar.

Por extensão, os engenhos de antanho confeccionados para mensurar o tempo, muito mais do que relógios, seriam mais bem autenticados como *máquinas celestiais* (Figura 3).

O cenário manifesto do mundo era sua imersão na naturalidade, o que é válido para a totalidade dos tempos precedentes ao padrão moderno, linear e progressivo, de apreensão do tempo social.

Evidentemente, nada disto implica, como seria aspiração de determinado senso comum, na transformação das sociedades tradicionais e de seus atores sociais em antecessores dalguma idílica “consciência ambiental”.



**FIGURA 3 - O relógio astronômico de Praga (foto), na República Checa, do início do Século XV (restaurado e renovado em 2005 e ainda em obras), evoca claramente a cosmovisão temporal do homem medieval. Conhecido como *Orloj* (relógio na língua tcheca), o mecanismo possui três componentes principais: o mostrador astronômico, representando a posição do Sol e da Lua na abóboda celeste, e vários detalhes cósmicos; a “Caminhada dos Apóstolos”, que representa cada troca de hora com imagens dos apóstolos e outras esculturas dotadas de movimento; e um mostrador-calendário com medalhões estampando os meses, zodíacos e as horas do dia, ladeado por imagens de santos católicos e por alegorias da morte (na forma de um esqueleto) e seres fantásticos (Fonte: < <http://opusteno.rs/slike/2011/06/orloj-astronomski-sat-11363/orloj-astronomski-sat-0.html> >. Acesso: 17-08-2018).**

Para além do fato objetivo de que *uma sociedade ecológica está para ser instaurada e não restaurada* (passim ALIER, 1992), concretamente as sociedades do passado não deixaram de pautar uma problemática ambiental.

Nestas, eclodiram crises ecológicas específicas, moduladas é claro, pela escassa intervenção no meio ambiente. Mas nem por isso deixando de gerar sérios impactos ambientais.

Isto porque não há nenhum modelo de organização social que tenha descartado determinada *relação ecológica* com os recursos disponíveis nos espaços nos quais estiveram assentados. Deste modo, tanto a expansão quanto a decadência das

formas de organização do passado tiveram nítida relação com as modalidades de apropriação desenvolvidas no espaço e com o meio ambiente.

Neste sentido, podemos afirmar que suas crises, tanto as conjunturais quanto as estruturais, tiveram nítida contraface ambiental. É assim que a dificuldade crescente de impérios centralizados da Antiguidade (Roma, Assíria, Babilônia, China) em obter das províncias os tributos necessários, explica-se igualmente pelo descompasso entre uma taxação crescente contraposta à impossibilidade, ecológica inclusive, de atendê-los <sup>5</sup>.

Tais crises se materializaram, por exemplo, no abandono de uma determinada área, uma vez esgotados os recursos ecológicos locais, por grupos de caçadores-coletores ou de agricultores neolíticos.

A derrocada de vários e sofisticados arranjos territoriais do passado, como os articulados durante o Período Clássico dos Maia (Séculos III ao X), estabelecidos em trechos do que hoje seriam o México, Honduras, El Salvador e Guatemala, também foram fruto de ações descuidadas sobre os frágeis equilíbrios dos ecossistemas.

Muitas vezes, esta *torção do tempo-espaço*, manifestava-se lentamente, como por meio do sal carregado pela água de irrigação, de que abundam exemplos desde o alvorecer da antiga história sumeriana e ácade (TOYNBEE, 1979: 165), assim como de inúmeras ações antropogênicas de viés cumulativo, que cedo ou tarde acarretavam o estresse do meio ambiente.

Em suma: as crises ambientais do cosmos tradicional são uma demonstração de que o esgarçamento dos equilíbrios dinâmicos não constitui, em absoluto, um privilégio da Modernidade.

Lembra o economista ecológico catalão Joan Martinez ALIER, na ótica da relação com o meio natural, *nenhuma sociedade do passado, aí incluindo as populações ditas primitivas, foi ecologicamente inocente* (Cf. 1992: 49).

Mas, constatar a existência de crises ambientais em situações históricas anteriores aos tempos modernos, solicita da pontuação dos elementos diferenciadores que explicitam sua contextualização histórica e ambiental.

No passado, e nisto há uma flagrante diferença para com o mundo contemporâneo, o rompimento dos equilíbrios dinâmicos não era de molde a ocasionar, a não ser a

título excepcional, uma *débâcle* generalizada dos sistemas naturais e muito menos, da biosfera como um todo.

As crises do passado, não se revestiam da dramaticidade da atual, que ameaça a continuidade e o próprio porvir dos desígnios sociais em curso. Os “velhos modos de produção”, quando açodados por desequilíbrios socioambientais, dispunham da alternativa de superar suas crises mediante a apropriação de recursos ecológicos até então inexplorados, provenientes de outros bancos de pesca, da caça e da coleta, ou então, pela expansão da fronteira agrícola.

Esta flexibilidade decorria do abundante leque de alternativas naturais e da então ampla disponibilidade de recursos essenciais, como no caso dos solos agricultáveis, extensões de matas e de outros biomas relativamente bem preservados.

Nos casos mais drásticos, as velhas formações sociais abandonavam o espaço original de vida e acomodavam-se em nichos ecológicos distantes dos assentamentos de origem.

Esta possibilidade de deslocamento espacial das áreas de referência das civilizações do passado foi, aliás, uma evidência relativamente frequente no passado, com farta literatura antropológica registrando sucessivos casos de reassentamentos de grupos tribais ao longo de vastas as extensões dos ecossistemas.

Tal possibilidade estava colocada mesmo para as sociedades possuidoras de uma arquitetura social mais complexa. No caso da civilização Maia, bastante conhecido e estudado, a devastação do espaço originalmente territorializado, motivou a opção por novo compartimento geotopomorfológico mais ao Norte, as terras da península do Yucatán.

Neste território, a civilização maia se recompõe, erguendo cidades que repetem a tutela de gigantescas pirâmides de pedra, exercendo domínio de nacos de território com respaldo em diversas circunscrições estatais até a conquista castelhana (1511-1697).

Estas evidências são algumas das que demarcam um *caráter espacial dos antigos mecanismos de reprodução históricos, nos quais o tempo social imbricava-se com o espaço natural a suas sequências temporais*.

Um outro aspecto patente nas crises ambientais de outrora, decorria da naturalidade incorporada à própria artificialidade. Neste sentido, os desequilíbrios ambientais,

além de não constituírem pressuposto para um *kaput* das formações sociais, muito raramente comprometeram os ecossistemas em caráter definitivo.

Normalmente, existia uma margem de recuperação do meio natural original, cujos fluxos, contidos ou apenas parcialmente desgastados, não haviam sido suprimidos em sua totalidade.

Por isso mesmo, as crises estruturais das formações socioespaciais pré-modernas e a consequente desaparecimento dos antigos sistemas de engenharia (SANTOS, 1988), eram normalmente sucedidas pelo resgate das formas artificiais pelos fluxos naturais.

Isto é identificável nas formações sociais da “Velha Ásia” <sup>6</sup>, onde o esgarçamento do tempo-espaço formatou o cenário que povoa o imaginário das civilizações perdidas, nas quais próteses como cidades, templos, fortalezas, palácios, estradas, diques e canais, terminaram reassenhoreadas pelos desertos, florestas e estepes, eventos que demarcam, em vista da conexão orgânica mantida pelas determinações materiais destas sociedades com os ciclos de matéria e energia do meio natural, um epílogo denotativo da essência mais profunda das civilizações antigas.

Para tanto, o fato da espacialidade tradicional estaquear-se quanto à sua articulação *funcional, nos fluxos naturais, concorria para um cadenciamento pulsante do espaço*, notação que contribui para certificar o quanto o espaço pré-moderno declinava de antemão da imposição de marcos rígidos, fronteiras fixas e limites carpintejados.

Deste modo, no plano simbólico a percepção do espaço era estaqueada por ritmos advindos da esfera do natural, podendo, como entre os Gourmantché do Gobnangú (República do Burkina Fasso), amoldar-se ao sabor da sucessão dos dias e das noites.

Para os Gourmantché, a delimitação entre o espaço da aldeia e do *fuali*, uma área simbolicamente vinculada aos animais selvagens e à vegetação espontânea, era fluída, oscilando consoante o transcurso das horas do dia.

Assim, o surgimento do Sol coincidia com a dilatação do espaço da aldeia, que se irradiava para deter-se somente nos primeiros sinais da floresta. À noite, este espaço esmaecia, recuando em proveito do *fuali*, que a partir da mata, penetra então no espaço do aldeamento (Vide CARTRY, 1989: 280-281).

Neste caso, como em muitas outras culturas do mundo da tradição, o juízo pelo qual a espacialidade estava sob o comando da naturalidade, influenciava de modo cabal variada gama de simbolismos espaciais e estratégias de socialização, imantando-as e



Por conseguinte, novos metabolismos podiam ser estabelecidos após o esgotamento do padrão civilizatório anterior. Muitas vezes, este novo metabolismo era parceiro de uma *contraofensiva da natureza*, cujos avanços estavam acompanhados do retorno ou reaparição de atores sociais dantes repelidos, tais como nômades, agricultores itinerantes, pastores ou caçadores-coletores.

Estes protagonistas ressurgidos, no mais das vezes acompanhados do vigor renovado da fauna e da flora, pactuaram uma parceria com ciclos que catalisavam então, uma *renaturalização da artificialidade*, que lentamente encobria as marcas e as obras dos antigos arranjos espaciais (Figura 5).



FIGURA 5 - Sítio Maia de El Mirador, na Guatemala, que mais de mil anos atrás, destacava-se como uma pujante metrópole dos Maia. Ocupando um espaço que atualmente compõe a Reserva maia da Biosfera, da área da antiga urbe, apenas as construções de porte ciclópico escaparam de serem agasalhas pelo retorno da mata tropical (Fonte: < <http://www.theyucatanimes.com/2017/01/ancient-maya-developed-super-highways-network-more-than-1000-years-ago/> >. Acesso: 22-08-2018).

A renaturalização do artifício constituiu, no passado, um ingrediente inseparável da reconstituição dos arranjos territoriais e da formulação de novos. No que mais tarde seria definido como Europa ocidental, o desmantelamento do escravismo romano foi sucedido de uma intensa revitalização do ambiente.

Desaparecidos os circuitos de produção, vastos territórios do finado Império Romano recuperaram a fertilidade e o vigor ecológico. Com isso, reapareceram densas matas

formadas por carvalhos e coníferas, ao passo que os campos naturais e as charnecas recuperaram as antigas dimensões, sendo repovoados por javalis, marrecos, lobos, corças, lince, ursos, camurças e por uma fauna miúda composta de aves, répteis, anfíbios e pequenos mamíferos.

Tal renaturalização formou uma base física posteriormente foi re-historicizada pelo feudalismo. Sem ela, vale ressaltar, o sistema feudal seria impensável. No passado, a natureza, ao reciclar os resíduos tempo-espaciais das civilizações mortas, fornecia paralelamente as condições para um novo florescer da vida, com base em novos procedimentos culturais e civilizatórios.

Estas características socioambientais dos velhos modos de relação com o a natureza explicam-se exclusivamente por estarem alicerçados numa articulação sensível como o tempo-espaço da natureza e, no que se refere às preocupações deste texto, por suas interpretações do fruir do tempo.

As prefigurações imaginárias do tempo, calcadas por conotações plásticas, pulsantes, qualitativas, arqueáveis e não-lineares, desempenhando simultaneamente o papel de superestrutura e mecanismo de reprodução material, subsidiavam uma trajetória de perdurabilidade para as “formas pré-capitalistas de produção”, induzindo uma estabilidade que perpassava de alto a baixo a arquitetura social dos povos antigos do mundo.

Tudo isso configuraria uma manifesta *tendência inercial* das sociedades tradicionais em reproduzir suas peculiaridades no tempo e no espaço. Por esta razão, o mundo oriental foi, por exemplo, cotejado por estereotípias pela historiografia ocidental, *ensejando estigmas como do atraso, da estagnação, da barbárie, da imutabilidade*, quando não, de uma propensão em desqualificar o conjunto dos povos não-brancos, e não-ocidentais, na rejeição do chamado trabalho exaustivo e produtivo.

Por outro lado, é evidente que estas populações alcançaram - e nisto, há uma certa coerência com seu caráter “imutável” - uma relação relativamente harmoniosa com o ambiente. Estes compromissos ambientais perduráveis eram correspondidos por concepções de tempo que suscitavam uma equação permanente do tempo-espaço social com o natural.

A identificação do tempo com o espaço exteriorizava-se naquela outra característica, inerente à Antiguidade: a formidável multiplicidade de acepções do fruir do tempo.

Sem que haja nenhum exagero em tal afirmação, o tempo variava de uma localidade para outra, de uma região para com a imediatamente vizinha, de um império para com os demais. Inspirados na obra do geógrafo Milton SANTOS, poderíamos afiançar que desde aurora da Humanidade, *tantas geografias particulares existiam quanto inumeráveis eram as versões existentes de comando da natureza e do tempo* (1988: 164).

A heterogeneidade quase incalculável das regulações do tempo social refletia diretamente a importância dos fluxos do meio natural, redesenhados em incontáveis “células espaciais”, cujos limites, eram com frequência, indicados por marcas e obras naturais.

Em larga medida dependente da relação com determinado meio natural, o território dos impérios antigos era marcadamente estanque, fundamentado numa autarquia econômica constituída com base numa apropriação dos recursos naturais de uma diversificada coleção de ambientes naturais.

Estas características apresentavam-se mesmo junto aos mais prestigiados arranjos espaciais da história antiga, caso dos Impérios Khmer, Songhai, Inca, Asteca, Ghana, Mali, Aquemênida, Faraônico, Bizantino, Romano e Chinês.

Estes poderosos Estados tradicionais, populosos, pujantes e mantenedores de assombrosos sistemas internos de comunicação, não eram, numa ótica sistêmica, representativos de qualquer universalização de uma dada interpretação de tempo-espço.

Antes, resultavam da aglutinação de células espaciais que mantinham tênue conexão entre si. Constituíam uma amarração territorial extremamente frágil, suscetível de desagregação frente a qualquer impacto mais profundo, tais como guerras civis, invasões alienígenas, hecatombes naturais etc.

Atente-se que todos estas formações estatais eram sobretudo de base territorial. Em outras palavras, expandiram-se com base na reprodução simples das técnicas e das normas de trabalho já existentes.

No geral, os grandes impérios foram edificados com base num modelo autárquico primordial, centrado na maior parte dos casos na antiga comunidade aldeã. A partir da multiplicação do domínio destas comunidades, chegamos a Estados de vastas dimensões, que buscam uma moldura territorial para delimitá-lo.

Os impérios da era pré-moderna detêm-se, pois, nos marcos de maciças cadeias montanhosas, na aridez dos desertos, na vastidão das massas oceânicas e nas barreiras líquidas demarcadas pelos vales dos grandes rios da Terra.

Este conjunto de atributos que distinguiam os tempos sociais de outrora, ou seja, *sua conotação qualitativa, sua perdurabilidade e multiplicidade*, deixa de existir com a irrupção do tempo social linear e progressivo do tempo social.

Malgrado tal concepção tenha conquistado foros de supremacia apenas a partir dos finais do Século XIX, ela transformou-se num grande divisor de águas por implicar numa profunda ruptura com tudo o que lhe foi precedente.

Basicamente, na tentativa de matematizar o que nem sempre é matematizável, o tempo linear e progressivo destruiu ou desqualificou toda e qualquer relação afetiva do homem com o tempo-espaço natural.

As leituras sensíveis do fruir do tempo, honorabilizadas pela vontade dos deuses, animadas pelo movimento dos astros e sentidas pelos humanos como uma germinação da eternidade, deixam de existir para serem substituídas por um *tempo artificial, que passa a ser a medida de todas as coisas*.

Esta temporalidade fez *tabula rasa* dos demais regramentos temporais, fossem estes os sociais, os da natureza ou os que perpassam pelo interior do espaço vivido do homem, que é seu corpo.

Defrontados com um estranho mundo novo regido por um tempo inexorável, os humanos, ou ao menos uma parcela destes, não deixam de ser assaltados pela perplexidade ante uma dominação que se infiltra por todos os poros da sociedade moderna. Daí o imperativo *de se lutar pela retomada do tempo*.

Mas, vejamos antes como a Humanidade terminou subjugada por ele.

## II. A TEMPORALIDADE NÃO-PERDURÁVEL DA MODERNIDADE

A concepção de um tempo social linear e progressivo nasce a partir das entranhas de uma formação social, o feudalismo, que de forma semelhante às demais sociedades pré-modernas, tinha na perdurabilidade, na multiplicidade e numa afinidade sensível para com a fruição do tempo, uma marcas das mais proeminentes.

Na Europa Ocidental, o sistema feudal, a partir dos escombros do Império Romano, estabelece, como nexos ontológico temporal, o *tempo eclesiástico* ou *da Igreja*.

Esta regulação da temporalidade estava em consonância com um mundo agropastoril, autárquico, autossuficiente e produtor de valores de uso, para o qual, o mercado era uma instituição complementar, ao qual recorria para efetivar o escasso intercâmbio de que necessitava.

O localismo de poder era regra e a ordem social correspondente a este estado de coisas, formada por camponeses, guerreiros e sacerdotes. O *modus operandi* da sociedade como um todo, primava por uma lentidão condicionada pela sazonalidade da própria organização agrária existente.

O universo medieval era ainda perpassado pela religiosidade, que expressava, de modo bastante eficiente, uma acomodação com uma ordem tradicional de mundo.

No transcurso de toda a Idade Média, o tempo encaixava-se com o espaço, fosse na mais rudimentar das aldeias, passando pelos condados, marquesados e baronias, assim como nas pequenas cidades, totalmente dependentes do campo.

A unidade política maior era articulada com base em reinos, que em nível simbólico imprimiam uma certa noção de unicidade a uma totalidade amplamente regrada por inferências próprias.

Note-se que a extensa malha de localismos, preconizando uma organização própria da temporalidade, expressavam-se também em acervos culturais, línguas e dialetos nem sempre pertencentes a um mesmo tronco e com frequência, oriundos de uma base étnica das mais diversificadas.

Essa concretude era reforçada no plano do imaginário por representações simbólicas que preconizavam e reforçavam o isolamento do pequeno universo povoado em grande parte por agricultores. O desconhecido, o estranho enfim, era repudiado por

ser um elemento potencialmente perturbador de um universo avesso a novidades, aferrado à repetição dos trabalhos, dos ritmos e das técnicas recebidos de forma hereditária, produzindo os mesmos produtos e frequentemente entregando parte da produção à mesma família dominante, que se perpetuava no poder quase sem questionamento.

Na escala do continente, uma topologia eivada de significações fantásticas era impeditiva da ultrapassagem das barreiras espaciais e geográficas, redundando num isolamento simbólico da Europa, averbação respaldada por ficções como a referente à inabitabilidade dos trópicos.

Para além de obstáculos espaciais, faziam presença no imaginário social, fabulações que reforçavam a propensão ao enclausuramento do continente nos seus limites:

“Embora desde o Século XI, com as cruzadas, já houvesse certa expansão das fronteiras culturais da Europa, as crenças em monstros e seres fantásticos que habitariam os lugares distantes e na impossibilidade da vida humana na geografia austral, fizeram com que a Idade Média Europeia fosse reconhecida por muitos com a Idade dos Mundos Fechados” (MONTERO, 1991: 105).

Contudo, a partir da Baixa Idade Média, este contexto será profundamente alterado. O fôlego redivido do comércio no interior do espaço europeu origina, ao longo das florescentes rotas comerciais da região da Flandres, da Borgonha e do Norte da França, um desenvolvimento urbano que credencia as cidades como uma articulação espacial passível de desagregar o feudalismo.

As cidades são o cenário no qual se abriga e fortalece um ator <sup>7</sup> político de tipo novo: a burguesia. Os objetivos desta nova categoria social para com o tempo diferiam consideravelmente de tudo aquilo que até então, havia sido formulado ao longo da trajetória humana.

A incipiente classe burguesa, construindo uma compreensão de mundo adequada aos seus interesses, construirá, pouco a pouco, a sua própria concepção de tempo, matriz para pavimentar a irrupção da sociedade moderna.

As raízes destas inquietações datam do Renascimento. Neste período, “um conjunto de circunstâncias instituiu a prática da observação atenta e metódica da natureza, acompanhada pela intervenção do observador por meio de experimentos, configurante de uma atitude mais tarde denominada científica” (SEVCENKO, 1984: 11).

O objetivo básico deste desenvolvimento científico e tecnológico era o domínio do meio natural, garantindo a exploração de todos recursos possíveis em proveito do *tempo de mercado*.

Tendo essa postura como ponto de partida, a ciência passou a ser concebida como em contradição com tudo àquilo que não fosse redutível a pressupostos ditos racionais. A pretensão em entender a natureza de um modo matemático induziu a preocupação com as propriedades quantificáveis da matéria.

Assim, as experiências decorrentes da sensibilidade estética e da ética, dos valores, emotividade e sentimentos, pulsões e intuições, foram expulsas para sempre do domínio do discurso científico (Cf. CAPRA, 1991:51).

Por conseguinte, o conhecimento científico moderno abandonou as dimensões sensíveis e qualitativas nas quais a consciência social dos humanos trafegou durante a maior parte da sua história.

A ciência foi laicizada e abstraída do caráter cosmológico que foi seu fundamento ontológico até um passado não muito distante. Em paralelo, a compatibilidade entre ciência e técnica de um lado, e a arte e a vida, do outro, patentes, por exemplo, na raiz etimológica do termo *tecnologia* (do grego *teckne*, isto é, *arte*), desapareceu, criando um fosso que se aprofundou cada vez mais.

O Renascimento renunciava a moderna sociedade capitalista, e neste sentido, sublinha o historiador francês Pascal ACOT, “o Renascimento é mais uma transição do que um renascimento” (1990: 131).

Nesta sequência, o cosmos por inteiro foi geometrizado com suporte em axiomas racionalizantes. Formulado matematicamente, neste paradigma a natureza deixou de possuir qualquer outro interesse que não sua transformação em recurso para o sistema de produção de mercadorias.

No Renascimento, as antigas cosmogonias sensíveis relativas ao entorno natural são abandonadas. Elas são substituídas por uma nova mitologia em cujo centro está uma versão ocidental do antropocentrismo, negadora da natureza e dos vínculos dos humanos com o cosmos<sup>8</sup>.

Esta nova relação com o meio natural foi destacada em verso pelo poeta inglês John Donne, que no Século XVII assim a descreveu: “Nós esporeamos, freamos as estrelas

em seu curso. Elas se dispõem diversamente para aceitar nosso comportamento” (citado in ACOT, 1990: 131).

Este antropocentrismo, diverso dos anteriores por justamente ignorar as pulsões e os ritmos da natureza, justificou acelerada depleção dos recursos naturais. As florestas, fornecedoras da matéria prima essencial da indústria vinícola (para a construção de cubas e tonéis), para a indústria naval e como matriz energética para a produção do ferro, foram abatidas numa escala sem precedentes <sup>9</sup>.

A *erosão ambiental* ganhou velocidade conjuntamente com uma *erosão cultural*, consubstanciada na unificação, ou melhor, *homogeneização*, linguística, religiosa e nacional, indiscernível do processo de centralização monárquica.

Sem o concurso de uma nova interpretação social do tempo, nenhuma destas iniciativas teria sido possível, necessária que foi para inspirar um cabedal de novos conceitos científicos, para animar a expansão colonial, para romper, submeter ou ajustar ao cadenciamento da produção, os diferentes tempos eleitos como objeto de domesticação: o dos humanos, o da natureza e o das formações histórico-sociais extraeuropeias.

Para sintetizar: a legitimação do processo de expansão do Ocidente reportou a esta nova concepção de tempo social. Assim, longe de constituir uma coincidência, a ascensão da burguesia como nova classe dominante e a implantação de magníficos relógios mecânicos nos torreões das prefeituras municipais europeias, consistem em fatos correlatos e mutuamente dependentes entre si (Figura 6).

Estes relógios, portentosos, requintados e esplendidamente instalados, para além de um marco artístico ou estético na paisagem urbana, constituíam o símbolo da supremacia do tempo linear e progressivo, materialização de um processo histórico que expurgou da materialidade social as conotações plásticas, sensíveis, pulsantes e qualitativas que na Europa, eram hegemônicas no período medieval.

Na velha ordem feudal, cabe aquilatar, o tempo era sacralizado, minuciosamente ordenado mediante um calendário povoado por santos, procissões, peregrinações, cultos e festividades religiosas dos mais diferentes matizes.

O transcorrer dos dias, era normatizado por ofícios religiosos e preces obrigatórias, que todos acudiam em cumprir. O tempo não possuía aquele *valor* que mais tarde viria se tornar uma propriedade inseparável da modernidade.



**FIGURA 6 - Torre do Relógio do *Palazzo Vecchio*, centro do poder em Florença, o primeiro relógio público da história, instalado em Março de 1353, num momento de ascensão da república mercantil florentina (Fonte: < <https://www.florenceinferno.com/clock-arnolfo-tower/> >. Acesso: 21-08-2018).**

O homem medieval vivenciava o tempo como o tempo da vida dos homens, e não como algo exterior a ele. O badalo dos sinos, representação máxima de um tempo eclesiástico, não era sentido como uma entidade neutra, mas antes, como uma materialidade objetual, conectada com as práticas do cotidiano.

Esta regulação social do tempo era ainda influenciada pelo predomínio dos ciclos agrícolas como principal meio de subsistência, cuja sazonalidade foi, em maior ou menor grau, assumida pelo tempo da Igreja.

Entretanto, sob o carrilhão das torres municipais, no que bem demonstra o caráter de vanguarda da indústria da relojoaria, o ciclo de produção do artesão deixa de ser determinado pela alternância das estações ou pelas oscilações climáticas:

“Se o agricultor estava diretamente envolvido no ciclo natural e não podia livrar-se dele a não ser com dificuldade e incompletamente, o artesão da cidade estava ligado à natureza por relações mais complexas e contraditórias. Havia criado entre ela e ele um ambiente artificial constituído por seus diversos instrumentos de trabalho e por

todas as espécies de dispositivos e mecanismos que mediatizavam suas relações com o ambiente natural” (GOUREVITCH, 1975: 279).

Crescentemente, o homem percebia a si mesmo como criador autônomo de seu próprio mundo artificial, distinto da natureza:

“A atividade dos vendedores exige que as distâncias entre os pontos comerciais sejam vencidas rapidamente. Os empresários se preocupam em produzir o mais possível numa unidade de tempo determinada e de aumentar o tempo de trabalho; os pequenos artesãos e os operários têm interesse em que as horas de trabalho sejam medidas com precisão. O tempo, ou mais precisamente a hora se torna a medida do trabalho. Ele adquire grande valor, transformando-se em fator essencial da produção” (GOUREVITCH, 1975: 280).

Atente-se que embora o tempo eclesiástico pudesse mostrar-se displicente quanto aos aspectos quantitativos do tempo, tal não poderia ocorrer com o tempo social de mercado. Assinalar a passagem do tempo por intermédio da posição do Sol no horizonte, pela sucessão das dinastias, pela implantação dos pontificados, pela celebração das festividades religiosas ou pelo calendário agrícola, deixou de fazer sentido num sistema no qual a própria *hora* transformou-se em uma mercadoria.

Esta predicação foi registrada por Benjamin Franklin na máxima que se tornou a grande referência simbólica do mundo moderno: *Tempo é Dinheiro*.

Uma pregação constante, por vezes apaixonada, em prol do trabalho físico ou mental incessante, coberta de objeções éticas e morais quanto ao ócio e a sensualidade, ao sono e as conversas ociosas, tornaram a *perda de tempo, no primeiro e principal de todos os pecados* (WEBER, 1967: 112).

Embora em princípio esta obsessão com as finalidades práticas do uso do tempo não estivesse necessariamente vinculada com uma precisão de ordem técnica<sup>10</sup>, ela não tardou em tornar-se uma referência inquestionável, impondo-se virtualmente a todos os membros da população, afetando vigor muito mais incisivo, o nascente operariado industrial (Figura 7).

A difusão do relógio mecânico, um fenômeno que data dos finais do Século XVIII, foi de significação-chave para universalizar um *tempo vazio, separado do espaço, quantificado de maneira a permitir a designação precisa de zonas do dia, como por exemplo, a jornada de trabalho* (GIDDENS, 1991: 26).



FIGURA 7 - A opressão horológica dos trabalhadores na visão do cineasta Fritz Lang retratada na película *Metropolis* (1927), metáfora icônica da grande urbe moderna e das contradições que introjeta (Fonte: < <http://estacaochronographica.blogspot.com/2017/07/cartofilia-horologica-metropolis-de.html> >. Acesso: 21-08-2018).

Acompanhando o frenético ritmo de desenvolvimento das forças produtivas, o tempo social distanciouse das inferências provenientes da natureza, sobrepondo-se a elas. O relógio atômico novecentista é o símbolo quase paradigmático deste tempo. Ele assinala a passagem dos segundos, minutos, horas, dias, meses e anos, ativado por uma central própria de energia, sinal de que o tempo social banuiu por completo o tempo da natureza.

Decididamente, o novo tempo inaugurado pelo mercado criou um mundo à sua própria imagem, no qual o início e o final do dia deixam de ser governados pelo movimento do Sol, da Lua ou das estrelas, mas sim, confunde-se com o transcorrer da jornada de trabalho, independentemente do período do ano ou das condições meteorológicas.

O tempo linear e progressivo, emanção de forças sociais que subentendiam os humanos e a natureza como elementos à disposição do progresso, excluiu todas as

acepções sensíveis porventura existentes. As presentes em solo europeu num primeiro momento. As do restante do Planeta, no seguinte.

A dimensão cósmica que sempre havia habitado o tempo e o espaço, entrelaçando a ambos e os unindo simultaneamente aos humanos, foi abolida e substituída por uma outra, de cunho eminentemente prático e quantitativo, *descolando o tempo do espaço*.

A ruptura desta parceria com o espaço abriu a possibilidade do tempo substantivar-se numa cronologia temporal alheia a qualquer outra determinação, e nesta variável, um certo sentido de velocidade que é por definição, a marca emblemática da vida moderna.

Estendido retilineamente, o tempo, diferentemente das concepções de outrora, deixou de possuir uma “respiração”, de ser uma entidade orgânica e pulsante. Em franca oposição a um modelo de tempo rotatório que foi, dentro de determinados limites, o grande paradigma temporal das civilizações do passado <sup>11</sup>, o tempo linear projeta a histórica continuamente para frente.

Preconizando uma ênfase evolutiva estranha a qualquer outro padrão civilizatório do passado, este cadenciamento temporal necessariamente entra em contradição com modos de vida regrados pela estabilidade, pela repetição, pelo convívio com as energias sutis do corpo, do território e do cosmos.

Outra consequência, em razão de que as dinâmicas temporais predominam sobre quaisquer outras, é que o espaço, desencaixado do tempo, igualmente perde sua significação sensível.

O homem da Modernidade é sumamente uma entidade que trafega junto aos fluxos de um tempo inexorável, que subordinam seu cotidiano em meio a um espaço crescentemente indiferenciado e esvaziado de sentido.

Caracterizado por fluxos de produção avessos ao tempo-espaço natural, o tempo linear e progressivo termina por adiantar-se ao próprio *Espaço Prótese*, que é seu reflexo direto.

Ao contrário das culturas tradicionais, nas quais o passado e as genealogias eram honradas e os símbolos, valorizados por conterem a experiência dos ancestrais, na Modernidade o passado deixa de contribuir com o que o sociólogo inglês Anthony GIDDENS definiu como *segurança ontológica* (1991: 107).

Isto porque o passado perdeu seus imemoriais sentidos significativos num mundo no qual o próprio presente converteu-se num instante fugidio, *um lapso que segue do passado para o futuro e transforma instantaneamente o futuro em passado* (Vide GOUREVITCH, 1975: 282).

No frígir deste ritmo, o antes e o depois se tornaram meros marcos de uma marcha processual na qual o futuro, assim que é capturado pelo presente, é rapidamente erodido e transformado em um aluvião composto de partículas cuja inteligibilidade, uma vez desfeito o sentido organizador do presente, desaparece.

Como resultado, a própria memória do passado é igualmente eliminada. Os eventos, sucedendo-se rapidamente, são metamorfoseados em simulacros, encarcerados em um caleidoscópio que virtualiza seu sentido, fluindo por breves momentos perdidos na voragem de um tempo dominador e inflexível. *Sinteticamente, a Modernidade é um modo de vida em que tudo se torna de modo incontinente parte do passado.*

Prisioneira de um tempo subtraído do corpo vivo de uma história dantes plena de significados, a Humanidade terminou assombrada pelo espectro de uma marcha temporal intransigente, exclusivista e absoluta:

“Dissemos que a cidade havia se tornada senhora de seu próprio tempo; quer dizer que este fugira ao controle da Igreja. Mas também é verdade que precisamente na cidade o homem deixa de ser senhor do tempo, pois este, tendo futuramente a possibilidade de fluir independentemente dos homens e dos eventos, estabelece a sua tirania, à qual os homens são obrigados a se sujeitar” (Cf. GOUREVITCH, 1975: 282).

Este tempo impessoal, cuja personalidade sobrenatural vincula-se a uma essência não-natural, foi gradativamente imposto ao conjunto da sociedade e internalizado pelos seus atores sociais. No Renascimento, com a criação dos relógios de bolso, foi dado o primeiro passo para tornar corporal o ritmo social hegemônico.

Mais tarde, com os relógios de pulso, desdobramento dos de bolso, este ritmo fica permanentemente conectado à corporalidade dos humanos, sempre à vista dos seus portadores, uma garantia cabal da sincronia dos dinamismos corporais com as demandas temporais solicitadas pelo sistema.

Este processo encontra sua perfeição na moderna linha de montagem (Figura 8). Ela foi concebida por um industrial, o entronizado Henry Ford, que coerentemente era um relojoeiro de origem. No prisma desta abordagem, *a Era Industrial apenas pode*

*ser explicada por uma máquina-chave que não é a máquina a vapor, mas sim, o relógio* (Cf. ATTALI, 1982).



**FIGURA 8 -** Instantâneo de uma linha de montagem (*Assembly Line*) de uma indústria de aparelhos de rádio nos Estados Unidos nos anos 1920. Embora as linhas de produção tenham surgido primeiramente na indústria automobilística por conta das inovações introduzidas por Henry Ford, não tardou que o conjunto dos parques industriais adotassem a nova organização laboral em todo o universo fabril. Aliás, note-se na foto a reprodução das dicotomias tradicionais de gênero e de poder: a linha de montagem, tal como em muitos outros estabelecimentos industriais é exclusivamente feminina, que também indexava dessimetrias étnicas (Fonte: < <http://hhdesign.com/blog/2015/1/16/henry-ford> >. Acesso: 21-08-2018).

À vista disso, postular o contrário incorreria na fetichização das máquinas. Isto porque na materialidade social, a máquina não existe sozinha, mas sim, enquanto representação concreta de uma organização do tempo à qual está ajustada. É antes a materialização de uma concepção de tempo do que origem da sua manifestação.

Desta forma, o tempo, não mais vivenciado como *o tempo de cada coisa*, mas sim, como *um ritmo ao qual todo homem deve se submeter*, é unificado em uma escala cada vez mais ampla.

O soberbo sistema de redes ferroviárias construídas na Europa ao longo do Século XIX, concorre para a padronização da passagem do tempo em nível dos Estados-nações, pela implantação das *horas oficiais* e logo em seguida, na sincronização dos continentes, através da criação do *sistema internacional dos fusos horários*.

Os trilhos, estabelecendo uma comunicação regional, nacional e posteriormente internacional, expandem ao longo de milhares de quilômetros um tempo único, cujo vetor foi o trem de ferro, manifesta epifania da temporalidade moderna, investindo-o do *status* de padrão para os demais ritmos temporais.

Esta sincronização é sucedida pela exatidão. O tempo da Modernidade encontra sua plenificação mais acabada no relógio digital. Ao contrário dos relógios oriundos do Renascimento, que ainda resguardavam reminiscências do extinto tempo cíclico, com mostradores circulares e ponteiros dando voltas ao redor de um eixo fixo, esta última manifestação da circularidade do tempo é secundada pelo cristal líquido dos relógios digitalizados.

A passagem do tempo, desvencilhando-se dos sinais analógicos, passa então a se cristalizar, desintegrando-se numa escala fractal para ressurgir ao cabo de novos impulsos elétricos.

Graças ao relógio digital, até mesmo as frações de segundo são poupadas do desperdício. Nos locais de trabalho, nos meios de comunicação e ao longo das vias expressas das urbes modernas, *os relógios digitais lembram incessantemente que sua onipresença é sinal de que os humanos, paradoxalmente, deixaram de possuir qualquer tempo*.

Anteriormente múltiplo, permeável e qualitativo, o tempo carrega agora consigo a marca inelutável da opressão, inerente a um sistema de produção de mercadorias sob cujo tacão é mister que o trabalho se efetue ordenadamente, com vistas a um fim.

Daí que a embrionária classe trabalhadora foi “enquadrada na disciplina exigida pelo trabalho assalariado por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o acoite, o ferro em brasa e a tortura” (MARX, 1979b: 854).

Com o concurso desta diretriz primordial, a estrutura íntima do Eu foi assolada por processos mortificantes e desagregadores, atingida pela profanação, contaminação e corrupção. Para parcelas ponderáveis dos humanos, deixou de ser cabível propor ou questionar, optar por rumos ou destinos.

O homem moderno é um ser direcionado por uma fruição que lhe é exterior e sobre o qual não dispõe de qualquer controle, fagocitando sua autonomia e capacidade de expressar anseios e expectativas.

Desta forma, como afirma a neuropsiquiatra franco-alemã Gisela PANKOW, o mundo contemporâneo *tornou-se sumamente um universo de manipulação, no qual a espontaneidade não tem lugar* (1988: 136).

Tal anômala situação, resultante do predomínio de um tempo cuja torção em nível do sistema de engenharia, tem seu reflexo na deformação do mundo sensível dos humanos, fragilizando os laços que imemorialmente associaram um ser humano ao outro.

Como consequência do inconformismo das pulsões, que independentemente das pretensões deste tempo, teimam em manifestar-se no corpo e na mente dos humanos, *eclode uma profunda desarmonia, pela qual, o homem mente de início no espaço que ele habita mais ou menos-mal, e em seguida, em seu corpo, que ele não habita mais* (PANKOW, 1988: 13).

O severo reducionismo do tempo linear e progressivo, ao encarcerar esta esfera sensível em prol de *compromissos sem rosto, que são sua tradução sociológica, redundou em um mundo universalmente povoado por estranhos* (GIDDENS, 1991: 84).

Submerso pelo narcisismo, o atomizado homem contemporâneo é assoberbado por dúvidas, angústias, perturbações e distúrbios toda vez que o reflexo do outro o alcança.

Acostumado com a vida de cada um por si, tornou-se difícil para os atores do mundo contemporâneo, “compreender que para a maior parte da história do homem, todos os homens viviam uma vida, por necessidade, envolvida com o bem-estar dos seus semelhantes” (MCLUHAN et FIORE, 1971: 23-24).

Em suas últimas consequências, este rompimento com a dimensão da sociabilidade e o divórcio das pessoas para consigo mesmas, formou um espaço pleno de pulsões reprimidas, regurgitante de tendências perversas, para cuja formação concorreu a violação e mortificação do tempo interior do homem.

A esterilização dos significados sensíveis da sociabilidade é o epílogo de um processo de devastação que atingiu a interioridade do homem. *A sociedade moderna forma,*

*pois uma comunidade incivilizada, calcada por relações de cunho impessoal, altamente reflexivas, na qual o Eu de cada pessoa tornou-se seu próprio fardo* (Cf. SENNETT, 1993: 16).

A expansão implacável do padrão civilizatório ocidental por todos os quadrantes da Terra, implantou um ritmo temporal que foi transformado no *primeiro tempo mundializado da história*.

Este ritmo é a base do *Mc Mundo*, da *Aldeia Global*, da *Ordem Global*, da *Economia Mundo*, do *Sistema Mundial* e de uma miríade de outras expressões esculpidas para denotar a aversão do tempo moderno à autarquia e ao isolamento, derrubando as Muralhas da China e desenclavando todas as formações sociais regradas por tempos não-quantitativos, não-lineares e não-progressivos (Figura 9).



**FIGURA 9** - Linha de montagem de eletroeletrônicos numa zona industrial da República Popular da China em 2014, um esquema atualmente universal (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 21-08-2018).

Esta interpretação da temporalidade transformou todos os humanos, dos que habitam as ruidosas e cintilantes metrópoles da Modernidade, ao mais longínquo sítio das extensões opacas dos desertos e dos mares boreais, em peças integrantes de um gigantesco maquinismo, cujas engrenagens já não buscam, tal como as

máquinas celestiais de outrora, a perseguição do eterno movimento do Sol, da Lua e das estrelas, mas sim, de um tempo artificial cuja única referência é apenas ele mesmo.

Muito embora este tempo já tenha invadido todos os espaços e transformado o planeta por inteiro em seu apêndice, é provável que ele não se contente com o domínio da Terra e passe a projetar-se na direção de outros astros <sup>12</sup>.

Este dinamismo, próprio de uma proposição temporal em conflito perpétuo com a natureza e o cosmos, já transparecia no imaginário social dos oitocentos, momento em que o industrialismo e a dominação colonial direta caminhavam de mãos dadas com o triunfo do tempo linear.

Então, não admira que o Cecil Rhodes, um dos arquitetos do Império Britânico, este, percebendo o apetite insaciável do sistema de produção de mercadorias em anexar novos territórios e abduzir riquezas, prenunciando a *futura galactização do tempo linear*, tenha sentenciado:

*Eu anexaria planetas se pudesse. Penso sempre nisto. Entristece-me vê-los tão claramente e ao mesmo tempo, tão distantes.*

### III. TEMPORALIDADE, ESPACIALIDADE E TRANSITORIEDADE

Em conformidade com o que foi explanado, o mundo moderno é em larga medida, senão exclusivamente, o resultado do predomínio de um padrão temporal linear e progressivo, diretamente inspirado *no tempo da produção, no tempo da circulação, no do consumo e da realização da mais valia* (SANTOS, 1988).

Primitivamente restrito a pequenos bolsões da Europa Ocidental, mais adiante este tempo passou a comandar os ritmos de uma produção material cujo cenário tangível é nos dias de hoje, o mundo na sua expressão global (Figura 10), resultante de uma mundialização que decorreu não tanto impulsos espaciais, mas em particular, de uma *aceleração temporal* (GREGOTTI, 1975: 77).



FIGURA 10 - Foto da *Makkah Royal Clock Tower*, com 601 metros de altura, que desde 2012 é a mais alta edificação de Meca, dominando a paisagem no coração da mais sagrada cidade islâmica. Informando de modo imponente a hora local, a torre do relógio, que recorda o modelo dos carrilhões europeus, está, encimada por um símbolo muçulmano, a meia lua, o que no entanto, não nega a essência ocidental do objeto. No mais, a torre sobrepõe-se, no plano visual, à Caba, edifício que guarda o epicentro da devoção muçulmana, a pedra negra. Um claro sinal da universalização e da capilaridade do tempo linear (Fonte: < <http://www.skyscrapercenter.com/building/makkah-royal-clock-tower/84> >. Acesso: 27-08-2018).

Numa inferência que é o desdobramento direto destas colocações, no passado, a produção do espaço constituía um evento condicionado por impulsos temporais

encadeados ao próprio espaço, e este, por sua vez, era uma pré-condição para a reprodução de determinado tempo social. Todavia, uma vez extintos estes laços de solidariedade que sempre haviam conectado tempo a espaço, sobrevém então uma hegemonia incontestada do tempo.

Na Modernidade, e unicamente a partir de sua supremacia, é que o espaço passa a ser verdadeiramente o resultado de uma produção, emanação direta do tempo, seu resultado objetivo, concreto e material.

Encarnando um tempo descompassado de qualquer outra dinâmica e via de regra adiantado a elas, a espacialidade do tempo linear é investida de uma conotação de *transitoriedade* que é tão só a manifestação de um tempo que rege soberanamente a edificação das marcas espaciais de um modelado eminentemente artificial.

A velocidade dos fluxos deste tempo materializa-se na territorialização incessante da paisagem moderna. O espaço é constantemente premido por um tempo voltado para dar vazão a dinâmicas irrefreáveis, resultando na *constante reespacialização da paisagem*.

Por isso mesmo, os sistemas voltados para a fruição do tempo são constantemente esgotados, impondo a substituição por novos. No caso da malha viária, isto induz ao asfaltamento das estradas de terra e à duplicação das já asfaltadas.

Nos centros urbanos, isto orienta a construção de corredores de alta velocidade, implantação ou expansão dos sistemas de metrô e advento de linhas ultrarrápidas de comunicação, atendendo os que estão no comando do tempo, caso dos serviços de helicópteros executivos das grandes metrópoles.

Idêntica expressão destes fluxos, os sistemas de comunicação que rasgaram o leito submarino desafiando longos braços de mar, como os que unem a Grã-Bretanha ao continente europeu e interligam as ilhas do arquipélago nipônico, antecipam o dia em que o mundo inteiro poderá estar cortado por escoadouros do tempo linear.

As cidades, situadas no entrecruzamento destes fluxos ou nos pontos nos quais momentaneamente são interrompidos ou se detêm, *formam concreções, nódulos, terminais e pontos fixos, espaços que concentram um quantum maior de conteúdos de tempo*.

Na medida em que se decantam os fluidos do tempo, surge um cenário artificial, composto por plásticos, aço, vidro, alumínio, concreto e asfalto, materiais que se

confundem com a própria vida contemporânea. Os obstáculos a esta artificialização incessante do ambiente são canalizados ou retificados (rios, córregos e arroios), drenados (várzeas, pântanos e alagadiços), aplainados (morros, colinas e matacões) ou aterrados (reentrâncias da topografia e braços de mar).

Mas, a expansão da artificialidade não está qualificada unicamente pela alteração da natureza primeira ou das suas reminiscências. Vivências oriundas da acúmulo das vivências temporais do passado terminam do mesmo modo recompostas, refeitas e re combinadas, pois na artificialidade moderna, tudo é transitório.

Esta transmutação do espaço é indissociável da supremacia do tempo linear e progressivo, que vai corroendo permanentemente os sinais do passado. No caso do primeiro assentamento urbano de São Paulo, erguido com paredes de taipa de pilão, dele nada restou nas reconstruções urbanas posteriores, que apagaram todas as suas marcas (SAIA, 1978).

As mudanças também podem vir de forma planejada, e neste caso, elas em geral ocorrem sob o signo da prepotência dos planejadores. É o caso da paradigmática intervenção promovida pelo administrador Georges-Eugène Haussmann, *le artiste démolisseur*, na reformulação urbana da Paris oitocentista.

Visando a implantação de vias mais rápidas de comunicação, a racionalização do espaço urbano e segregar espacialmente as classes sociais, expulsando a população operária para a periferia, Haussmann não hesitou em dismantelar severamente o traçado urbano anterior, considerado incongruente com as exigências do que era entendido como vida urbana moderna (Vide Figura 11).

Em resumo: *o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos de uma natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens* (apud SANTOS, 1988: 42).

Vale asseverar, na Modernidade a inércia espacial, ou seja, a tendência do espaço motivar revivificações e retomadas de cadências anteriores do tempo social, é basicamente um desdobramento tendencial da instalação do tempo no espaço e não, como nas sociedades tradicionais, uma irradiação do tempo a partir das marcas espaciais preexistentes.

Particularmente, o modelado urbano reflete um *torvelinho do tempo* que sugando recursos e trabalho humano, corporifica-se em formidáveis *próteses urbanas*, *nódulos de tempo* onde o espaço é articulado para responder as suas demandas. É

do tempo e do seu dinamismo, concreto e simbólico, que podemos compreender a difusão e supremacia da vida urbana, indiscernível do padrão temporal com o qual se confunde.



**FIGURA 11** - Tomada fotográfica da área central de Paris, com o Arco do Triunfo em destaque. A reconfiguração viária da cidade, não apenas acatou as demandas das elites da cidade como também, foi orientada por preocupações estratégicas. A abertura de novas avenidas em linha reta com amplos espaços de circulação radial, eliminando ruas estreitas e sinuosas, agilizava a movimentação de tropas e uso de armas pesadas para enfrentar levantes populares, que já haviam sacudido várias vezes a história da cidade e que tiravam proveito do antigo tecido urbano para escaramuças, combates corpo a corpo e levar a cabo a ação de franco-atiradores (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 21-08-2018).

A cidade, articulação espacial na qual primeiramente acomodou-se o tempo linear, foi o eixo por excelência de sua difusão, daí a urbanização enquanto um fenômeno típico da Modernidade.

Funcionando como foco de irradiação de dinâmicas temporais permanentemente à sua frente em razão da diligência irreprimível do próprio tempo, as cidades atraíram recursos materiais e humanos numa razão diretamente proporcional à ampliação da influência do campo de força do tempo.

O tempo linear, formando uma *rede de pontos fixos* interconectados em um tecido ou malha de amplitude planetária, criou, pois um processo de urbanização com características inteiramente diversas das do passado.

Em primeiro lugar, está a escala desta urbanização. A medida em que as vagas do tempo alcançavam o meio rural e liberavam grandes contingentes populacionais, as cidades passaram a ser alimentadas por gigantescas migrações, as maiores de toda a história.

Além de sua magnitude, esta urbanização difundiu-se, acompanhando a expansão do padrão civilizatório ocidental por todo o mundo. Fato absolutamente novo da história humana, prognosticado por vários estudos nas três últimas décadas do século passado, acredita-se que no alvorecer do novo milênio, 52% da demografia mundial esteja residindo em áreas urbanas <sup>13</sup>.

Em segundo lugar, devemos ressaltar os aspectos qualitativos da urbanização. Nas sociedades do mundo da tradição, as cidades eram pequenas, constituindo o que na atualidade poderíamos definir como povoados. Entretanto, com a modernização, a população urbana mostra tendência de concentrar-se em metrópoles, ou ainda, em megalópoles, formando vastas áreas conurbadas.

Atente-se que no Século XXI, com base na premissa de definir como metrópoles as cidades cuja população ultrapasse o milhão de urbanitas, tais aglomerações deverão então reunir algo em torno de 60% dos humanos (UNESCO, 1985: 24). Deste modo, ritmo temporal iniciado a partir de alguns rincões isolados da Europa Ocidental, ganhou não só conotação planetária como também, mostra tendências inequívocas de dispor da maior parcela da Humanidade sob seu controle direto.

Tais ponderações tornam o espaço urbano de grande significação para o futuro da maioria dos humanos. Particularmente, por este espaço ser o fulcro de uma torção do tempo-espaço na qual as dinâmicas temporais são incisivas e predominantes. Dada a crescente urbanização do meio no qual está centrado o essencial da vida moderna, prosperam numa mesma direção ritmos e sequências regidos cada vez mais pelo artifício e menos pela natureza (BALANDIER, 1988: 146).

O meio urbano, como o grande ambiente de risco da Modernidade, é consequência direta da propensão de um tempo social em concentrar geograficamente aqueles elementos, tais como homens, máquinas, matérias primas e matrizes energéticas, que são a garantia de sua reprodução e subsídio matricial da sua materialidade.

Assim, numa definição objetiva e direta, *a cidade é a máxima explicitação de um contexto que assinala o predomínio do tempo sobre o espaço, do interesse particular sobre o coletivo, do que é mundial sobre o que é local* (WALDMAN, 1992a: 18-26 e 1992d).

Máxima materialização do que estamos definindo como distanciamento do tempo social para com os ritmos e cadências do tempo-espaço natural, a cidade, enquanto um sistema de engenharia expressa uma construção do espaço que balizada por um ritmo incessante, requisita enorme volume de recursos naturais, indispensáveis para o abastecimento e funcionamento dos seus ciclos artificiais de vida.

Embora dependente de uma alargada periferia de ecossistemas, a grande cidade moderna, ao mesmo tempo em que traga recursos do entorno natural, não retribui senão enquanto um foco de permanente e sistemática agressão à natureza.

Esta vampirização do espaço-tempo natural gera zonas devastadas que se ampliam cada vez mais, pois as cidades, necessitam cobrir distâncias extraordinárias para a captação dos insumo necessários ao seu *modus operandi* e para desovar resíduos sólidos e águas residuárias, engolindo e drenando inumeráveis fluxos de circulação (Cf. BETTANINI, 1982: 34).

Pressionadas por suas demandas crescentes e sob o risco de morrerem asfixiadas sob o acúmulo de dejetos, as metrópoles geram impactos que se estendem numa escala extremamente vasta do tempo-espaço. As cidades impactam a totalidade da biosfera, pois articuladas entre si através de circuitos que associam uma concreção urbana à outra, necessariamente transformam o mundo inteiro em seu *hinterland* (BOYDEN *et* CELECIA, 1981: 24-25).

Quanto ao meio rural, dada sua dependência para com as dinâmicas têmporo-espaciais cujo suporte é a cidade, os impactos desta urbanização foram diretos. Para fornecer recursos à cidade, e fazê-lo rapidamente, o campo foi instigado a adotar a padronização da produção, de elevado custo energético, dispendiosa em recursos hídricos e com acintoso custo ambiental.

A produção agropecuária moderna, com base em agrotóxicos, maquinário agrícola, fertilizantes artificiais e na simplificação biótica, ocasiona erosão, adelgaçamento e compactação do solo agrícola, e ademais, perdas inestimáveis no patrimônio da biodiversidade. O meio rural inaugurado pela economia moderna, inversamente do passado, mais do que uma inferência para a ruralização da cidade é ele mesmo, numa escala cada vez maior, um espaço crescentemente urbanizado e tecnificado,

reprodutor das prefigurações simbólicas e dos nexos axiais da espacialidade urbana (MARX, 1975a: 75).

No entanto, este cenário de distúrbios provocados pela torção do tempo-espaço da Modernidade, tendo em seu centro as próteses urbanas e suas repercussões para o meio rural e a natureza original, não esgota a questão da compreensão do que, em outras palavras, poderíamos categorizar como crise ambiental da Modernidade.

Irrefutavelmente, a agudização das contradições entre cultura e natureza são sem precedentes, e inclusive, formam uma nota modelar da torção do espaço-tempo do mundo contemporâneo, cuja impregnação de presença humana explica igualmente o porque da difusão de tecnologias que suprimem as distâncias e as localizações, uma demanda crucial numa conjuntura na qual os espaços vazios, paulatinamente deixam de existir em face da progressão da ação antropogênica (Figuras 12 e 13).

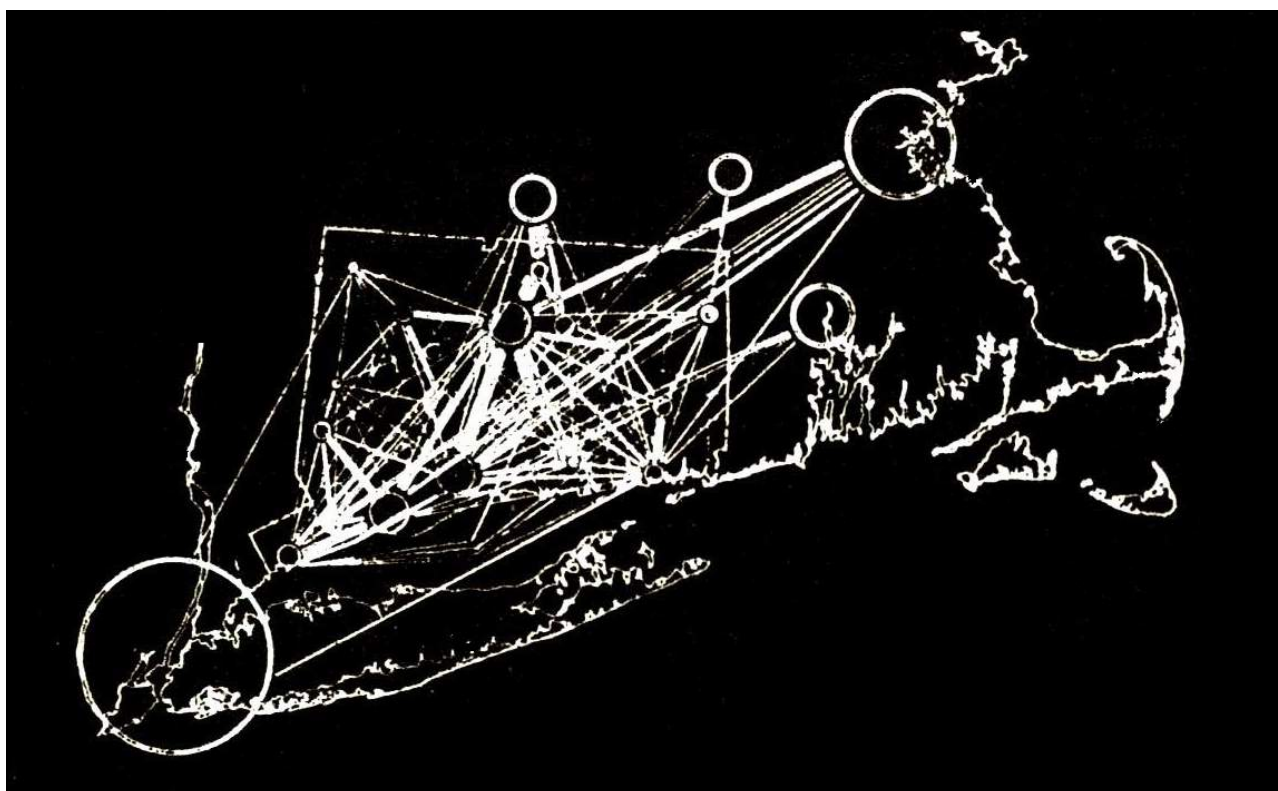
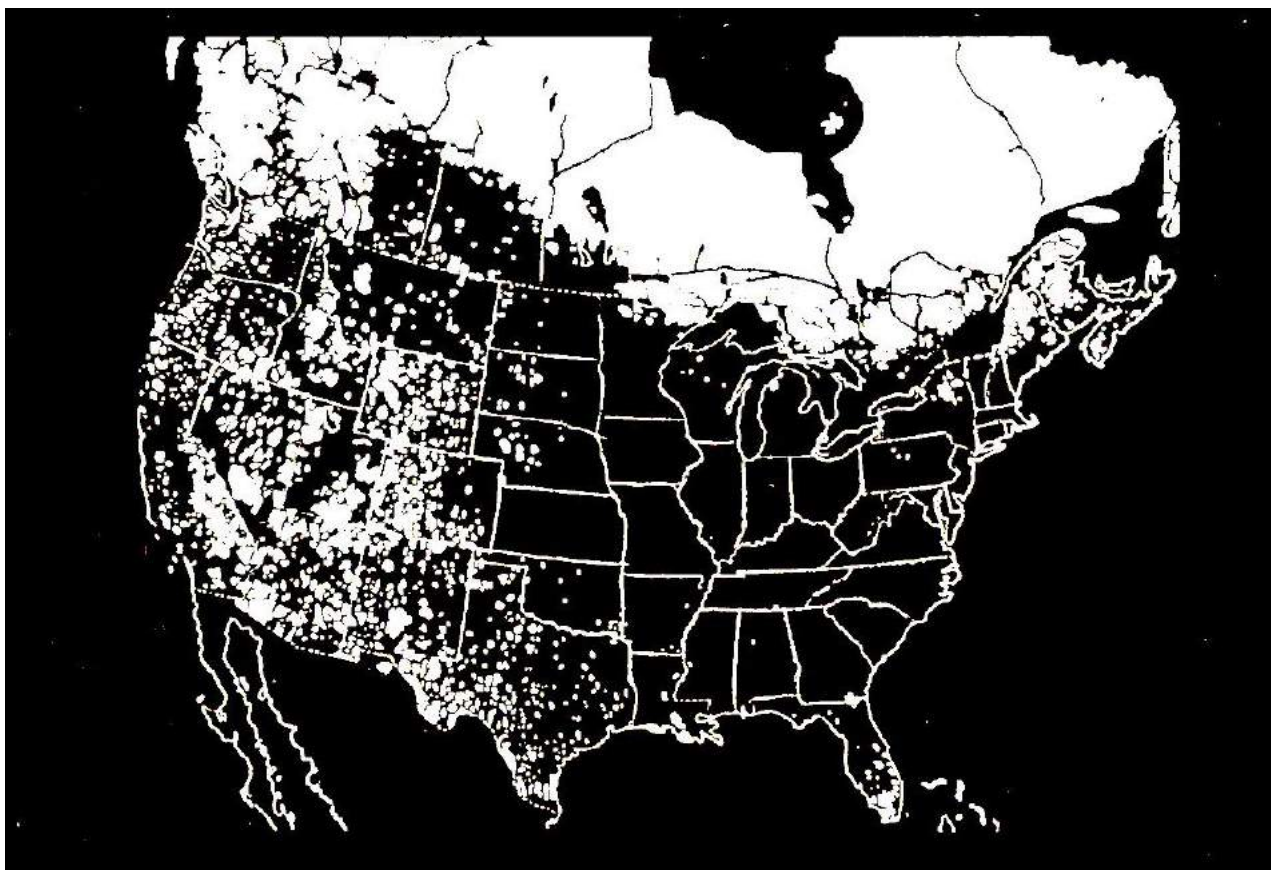


FIGURA 12 - Num marco em que o tempo suprime o espaço, a Modernidade engendra um prontuário tecnológico voltado para suprimir ausências: televisão, cinema, fotografia, radiotelefonia, fonógrafo e como está retratado nesta imagem, o telefone. O mapa acima representa a frequência das chamadas telefônicas entre 22 cidades do Estado do Connecticut (EUA), em 1957. A intensidade dos fluxos termina por configurar uma rede de “estradas fônicas”, uma radiografia da virtualidade na qual é possível identificar nódulos e as áreas de influência das cidades da região (GREGOTTI, 1975: 84).



**FIGURA 13** - Os mapas da ação humana no ambiente diuturnamente revelam uma radiografia dos avanços da artificialidade. Em branco, as zonas “selvagens” dos Estados Unidos tal como difundidas nos anos 1960, entendendo-se por zona selvagem, as situadas a mais de cinco milhas de uma marca ou objeto espacial: via-férrea, estrada, canal navegável ou centro urbano (GREGOTTI, 1975: 78).

Mas esta não é em absoluto, um enunciado único do estresse sistêmico do mundo moderno. Embora não existam dúvidas, neste particular, de que a Modernidade e a sua interpretação social do tempo criaram um espaço artificial que mais do que qualquer outro, está estruturado por mecanismos que maximizam a artificialidade, daí seu caráter devastador, a crise ambiental da Modernidade está mediada por um arrazoado bem mais complexo de motivações.

Neste sentido, é possível alinhar uma série de critérios diferenciadores entre as crises ambientais das sociedades tradicionais e a que tipifica a era contemporânea. Senão vejamos:

**1.** A crise nos dias de hoje diferencia-se das que eclodiram no mundo pré-moderno primeiramente pelo seu caráter inexorável. Se no passado, ao menos em princípio, a perdurabilidade e a estabilidade do arranjo territorial é que estava colocado como a

hipótese mais provável para uma formação socioespacial, no cosmo moderno, o desencaixe do tempo com o espaço não admite esta perspectiva.

Foi comentado, o tempo social moderno sustenta uma contradição com o meio natural com base num pressuposto que é o desencaixe do tempo com o espaço e o predomínio das dinâmicas temporais sobre as espaciais, aí incluídas as da própria artificialidade.

Assim, a reconstrução ininterrupta do espaço expressa um dinamismo autofágico do sistema, retratado num resiliente desequilíbrio ecológico estrutural. Neste prisma, a ruptura com a natureza termina colocada enquanto desdobramento inevitável.

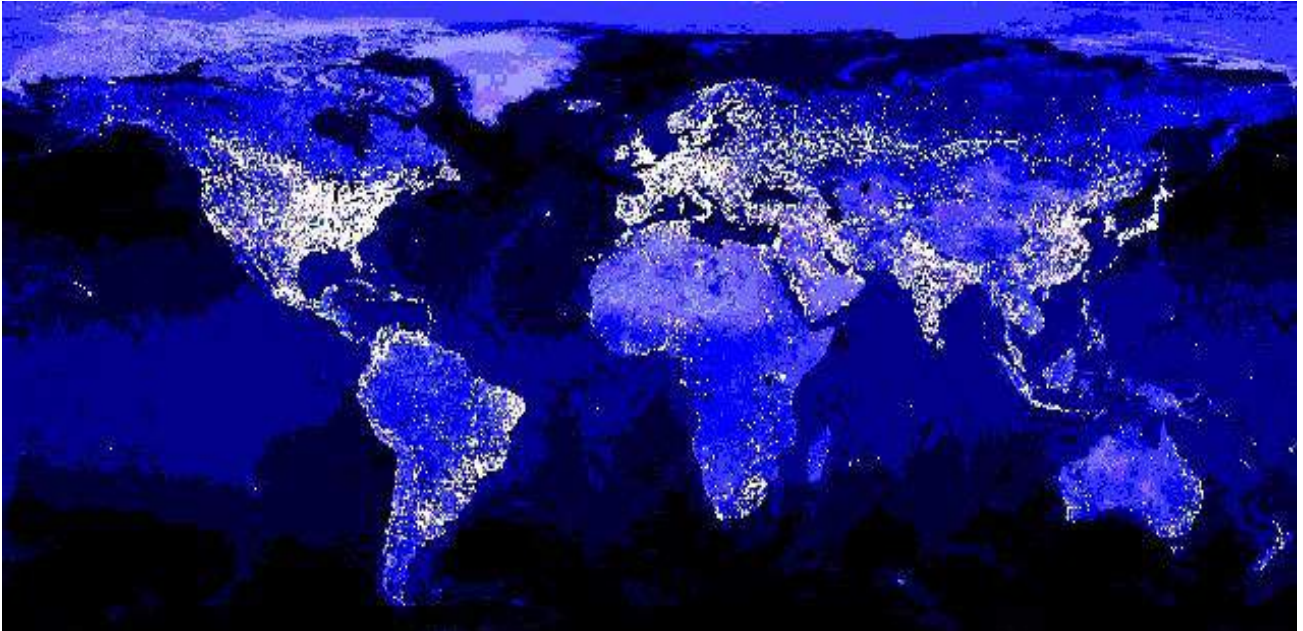
**2.** Em segundo lugar, a partir do momento em que a crise da Modernidade se especifica em função de um carácter eminentemente temporal, *a Modernidade tende a responder frente a sua crise mediante a introjeção de maiores conteúdos de tempo ao espaço a não como outrora, pela incorporação de mais espaço ao tempo.*

Tal estratégia se especifica, por exemplo, na adoção de avanços tecnológicos *high tech*, caracterizados pela busca pela eficiência e rapidez cada vez intensos. Isto posto, as fibras óticas, os sistemas *on line*, a telefonia celular, satélites, a robótica, a informática, a mecatrônica, a Internet e as redes computadorizadas, dentre outros dispositivos e circuitos, tornam-se indissociáveis do moderno sistema de engenharia.

Aspecto não negligenciável, dado que a fruição deste processo ata-se à dessimetrias sociais e econômicas de porte considerável, a tecnificação do espaço global tende a repetir os modelos de disparidade que afastam grupos já desigualmente integrados ao edifício da Modernidade.

Deste modo, se acirram clivagens que se revestem, cada vez mais, de ouropel *high tech*, patenteando que sendo factível que a Modernidade tenda a agregar conteúdos cada vez mais densos de tempo em detrimento do espaço, estes, por sua vez, tendem novamente a acatar premissas de seletividade que desmentem o presumido carácter unificador da globalização (Figura 14).

Nesta linha de argumentação, rubrique-se que a *Internet* credenciou-se enquanto a estrada semântica por excelência do mundo globalizado. Constituindo um meio - ou dito de outro modo, uma *nuvem* -, que propicia uma intercomunicação permanente entre os grandes centros de poder, permite a compactação de decisões e a unidade da ação econômica.



**FIGURA 14** - Imagem da galáxia de Luz da moderna tecnoesfera, uma fotomontagem fotográfica da Terra na madrugada de 27 de Novembro do ano 2000. Evidenciando espaços luminosos, concreções urbanas, infraestruturas e objetos espaciais correlatos, a figura impõe um claro veredicto: o de que a ordem global é articulada por discrepâncias e dessimetrias, explicitadas, ainda que de modo genérico, pelo contraste flagrante entre luminosidade e opacidade (Fonte: National Aeronautics and Space Administration, NASA, The Picture of the Day, < <https://apod.nasa.gov/apod/ap001127.html> >. Acesso: 25-08-2018).

Mas, esta notação poderia pecar por um certo esquematismo. Na história humana, os padrões de comunicação baseados em registros institucionais (caso dos códigos linguísticos estatais e sistemas de escrita hieroglífica), eram controlados por grupos minoritários, que detinham a última palavra visto que se comunicavam facilmente. Em contrapartida, os grupos dominados, alijados do acesso à informação, eram incapazes de coordenar seus movimentos (CLAVAL, 1977: 101).

Destarte, esta premissa foi fragilizada ao menos em parte na Modernidade. Premida pelas próprias demandas do sistema em ampliar a comunicação digital, abrindo vias de acesso a grupos não hegemônicos, estes em muitos casos instrumentalizam as ferramentas digitais para apoiar ações de insurgência e de contestação através das infovias, subvertendo assim o código funcional dominante, pelo que a agregação de valor comunicacional ao sistema consoma tanto uma reafirmação, como também, uma repaginação do *status quo* (Figura 15).

Daí que a crise é realimentada pela reposição das contradições engendradas pela gestão *high tech* da entropia do sistema, respaldando uma modulação que não tem como borrar efetivamente as disritmias sistêmicas que solapam a estabilidade do sistema.



**FIGURA 15** - O congestionamento do espaço geográfico pela onipresença de obras humanas elucida a razão da territorialidade contemporânea apelar de modo crescente para a invisibilidade das nuvens comunicacionais digitais. É assim que uma cartografia global das interações dos usuários do Facebook no ano de 2010 explicita certa analogia com a galáxia de luzes. Por outro lado, note-se que para além da contraposição entre luminosidade e opacidade, um rol de asserções de índole política, social e cultural conotam diferencialmente a existência de nódulos comunicacionais. Por motivos políticos, China, Cuba, Irã e a Rússia não participam desta rede, ao passo que na Insulíndia, o clarão explicita uma utilização desproporcional do aplicativo em contraste com participação mais modesta na galáxia de luzes (Fonte: < <https://www.telegraph.co.uk/technology/facebook/8203605/Facebook-map-of-the-world-created-using-friendship-connections.html> >. Acesso: 25-08-2018).

**3.** Numa terceira pontuação, e uma vez mais, diferentemente do passado, dado que o padrão temporal dominante tem seu cerne numa ruptura cortante com o tempo-espaço da natureza, a exaustão do padrão civilizatório existente, isto é, seu colapso ambiental, apenas remotamente poderia sugerir alguma revitalização posterior.

Não sem razão, grande parte dos prognósticos desenhavam como cenário provável para o futuro um grau de cada vez mais radicalizado de reprodução das contradições da própria artificialidade, gerando um colapso verdadeiramente sem precedentes na história da Humanidade, antecipado tanto numa coletânea de relatórios científicos, quando no campo das artes.

Face ao que expusemos, as vicissitudes da natureza no mundo moderno, ao se revestirem de determinações não restritas ao padrão clássico e ao mesmo tempo, por incluírem novas, como o desencaixe do tempo com o espaço, apresentam simultaneamente dois aspectos.

Primeiramente, temos a materialização de respostas emitidas pelo meio natural em si mesmo enquanto resultado das agressões provenientes da natureza socializada, inscrevendo-se no clássico axioma engelsiano relativo às *vinganças da natureza* (Cf. ENGELS, 1979: 223).

Segundo, e nisto tais vicissitudes são fundamentalmente diversas da Antiguidade, presenciamos desequilíbrios físicos e sociais que resultantes da materialização dos fluxos do tempo linear, que tão só podem ser compreendidos em função do seu relacionamento com as dinâmicas da *tecnoesfera*.

Retomando uma sentença que noutros momentos, foi registrada junto a uma outra discussão, *a artificialização do mundo, se traduz pela artificialidade dos elementos que compõem a sua crise* (WALDMAN, 1992a: 20, 1992b e 1992d).

É em nível das dinâmicas que são empreendidas a partir da tecnoesfera, *que é sumamente, a espacialidade da Modernidade*, que vislumbramos o retrato mais fiel da torção do tempo-espaço.

Basicamente, os transtornos dos seus ciclos artificiais de vida, fundamentam-se na extrema velocidade dos *inputs* e dos *outputs* deste imponente ecossistema artificial, derivando em curtos-circuitos que exteriorizam a entropia do sistema (Cf. SANTOS, 1999, 1998, 1988 e 1978a).

No que é característico da vida social moderna, os distúrbios desta dimensão espacial do artifício são eminentemente laicos. Ao contrário do passado, não existe lugar para propiciações mágicas ou explicações de índole cosmológica, pois estes transtornos derivam exclusivamente do saber institucionalizado. Portanto, os riscos ecológicos tornaram-se virtualmente secularizados.

Exemplificando, as alterações dos equilíbrios naturais, vários deles possivelmente irreversíveis, possibilitaram o surgimento, em meio ao contexto urbano, de uma meteorologia artificial, consignada nas ilhas de calor, inversões térmicas, nos bolsões de gases tóxicos e na chuva ácida, um ambiente condizente com a artificialidade do tempo social que a engendrou.

Tais ciclos dinâmicos artificiais, se notabilizam pela nocividade e por seu caráter destrutivo. A concentração industrial e a proliferação de arranha-céus, assim como a impermeabilização do solo pelas construções e o capeamento asfáltico, propiciam a aparição de disritmias pluviométricas acompanhadas de fortes inundações.

A presença de abundante material particulado em suspensão na atmosfera acelera o processo de condensação, com conseqüente ocorrência de pancadas de chuvas, que desabam num curto espaço de tempo, particularizadas pelo recrudescimento das intensidades pluviométricas (CASSETI, 1991: 118).

Com a blindagem do espaço, os cursos d'água são transformados em escoadouros de um sistema de drenagem regrado pelo artifício, potencializando o débito fluvial original e com isso, tornando inevitável seu transbordamento.

As chuvas tornam-se torrenciais, escoando pelos sulcos do traçado urbano (ruas e sarjetas), acumulando-se nos espaços antigamente ocupados por lagos, várzeas inundáveis, fundos de vale e em terrenos que dantes admitiam a absorção da água.

Nestas ocasiões, os rios, os córregos e os arroios desprezam as formas artificiais que procuram encarcerá-los e transbordam violentamente, provocando inundações catastróficas, rotineiras na pauta dos serviços noticiosos em todo o III Mundo <sup>14</sup>.

Uma outra ordem de disritmias, sociais no caso, complementam estas convulsões da artificialidade. Elas são o resultado direto da hegemonia de um padrão temporal que subordinou os demais tempos ao seu comando único.

Sociologicamente, esta espoliação do tempo é também a exclusão de boa parte dos humanos dos ritmos e das frequências socialmente dominantes, *formando um vultoso segmento de população que desapropriada de seu tempo, terminou também desespacializada*.

Esta exclusão é uma interface da chamada desapropriação dos meios de produção que usualmente eram, nas sociedades tradicionais, de posse direta dos humanos, pois o sistema de produção de mercadorias, ao desapropriá-los dos pré-requisitos de reprodução da vida material e de subsistência, ou seja, *da possibilidade dos homens comandarem seu próprio tempo*, engendrou um contingente que, categorizado pela narrativa marxista clássica como um exército industrial de reserva, *é muito mais verdadeiramente, um reservatório de tempo à disposição deste mesmo sistema*.

Tal exclusão, para além de instrumento de domínio político, de domesticação psíquica e corporal, de subordinação econômica e social, se explica pelo fato da Modernidade imprimir um cunho de mercadoria à sua temporalidade, sendo o acesso a ela apenas verdadeiramente facultado aos que, integral ou parcialmente, dispõem da posse do supremo mecanismo de desencaixe do tempo para com o espaço, *que é o dinheiro, a grande ficha simbólica da era contemporânea* <sup>15</sup>.

Sem espaço e sem tempo... Quem são estes homens e mulheres que formam “o outro lado” do tempo-espaço moderno? Eles são normalmente procedentes do meio rural, formando, em larga medida, um contingente de não-brancos, não-ocidentais e evidentemente, não-burgueses.

Eles formam um caudal milionário de *novos estranhos* que tomou o rumo das cidades embalado pelo sonho do progresso, do consumo, do desenvolvimento e porque não, do ingresso na Modernidade.

Mas, estes homens e mulheres descobrem rapidamente que nas cidades, não há espaço para eles. Ao menos no sentido convencional, *é preciso reconhecer que para as massas pobres, não há rede urbana* (apud SANTOS, 1981: 151).

Esta massa de excluídos urbanos é a eterna consumidora de uma *cidade imaginária*, fabulosa por não existir de fato para eles, perversa por ser apropriada por poucos, por alguns.

Marginalizados e punidos por, após terem sido desapropriados de seu tempo, não terem sido integrados no mesmo sistema que os espoliou, estes *excluídos do tempo* fundam, geralmente nas imediações da pujante, poderosa e portentosa arquitetura dos que, direta ou indiretamente, monitoram o fruir do tempo linear, uma outra cidade, um outro espaço, negado e não-reconhecido pela cidade formal.

Desta forma, *a cidade moderna, bastião do tempo, prótese dos fluxos e concreção da exclusão*, conquista contornos e atributos não previstos por um imaginário preocupado com a justificação ideológica da Modernidade como contraposição ao atraso, à barbárie, à imutabilidade e à estagnação.

Deste modo, o universo vocabular, técnico e conceitual dos planejadores urbanos corriqueiramente refere-se aos espaços ocupados pelos excluídos do tempo como “áreas de crescimento desordenado”, um jargão aparentemente alheio ao fato de que a desordem, *é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado* (SANTOS, 1988: 66).

Porém, estes espaços são, na realidade, indissociáveis do padrão temporal vigente. Na realidade, expressam uma articulação desigual e combinada como o tempo social dominante, no qual o desequilíbrio e a desarmonia são as notas predominantes.

Por isso mesmo, o fenômeno eclode justamente nas urbes do III Mundo, nas quais as contradições da ordem global são mais acirradas, que de mais a mais, são as que encabeçam o copioso movimento de urbanização dos dias atuais <sup>16</sup>.

De forma aparentemente imprevisível, tais espaços brotam literalmente do dia para a noite, ou melhor, *da noite para o dia*. Esta aparição quase mágica reflete-se na própria terminologia, como a terminologia *callampas* (cogumelos), usual em muitos países hispanófonos da América Latina.

Espalhando-se sem critério pelas nervuras da topografia e artificializando a seu modo a natureza primeira, este espaço é construído pelos principais arquitetos do III Mundo: *as famílias pobres que constroem sua própria casa* (SALAS, 1987: 16).

Utilizando os mais inusitados e bizarros materiais, tais como restos de demolições, sucata, lataria e pedaços de madeira, a natureza precária das habitações é evidente no termo *bidonville* (cidade de lata), comum na África francófona. Estas *favelas*, enfim, formam uma caricatura da cidade imaginária, uma rugosidade que prolifera em terrenos pouco propícios à edificação <sup>16</sup>.

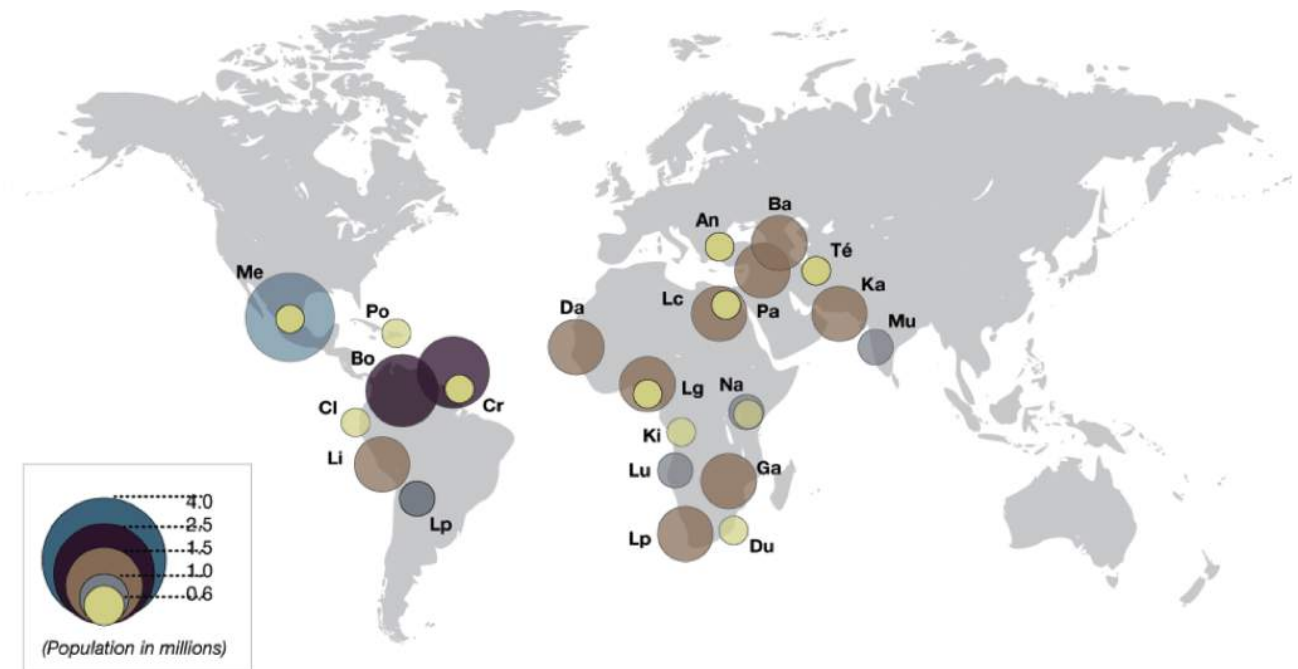
Tais nichos caracterizam-se pela inadaptação do *habitat* ao sítio edificado, sendo muito comum erguerem-se junto a áreas de risco: regiões de declive acentuado ou afloramentos rochosos (Caracas e Rio de Janeiro); depósitos de lixo (Lima); terrenos pantanosos (Calcutá e Saigon); ou ainda, a orla insalubre de rios, estuários e braços de mar (Salvador, Hong Kong e Pnom Pehn).

Embora situados à margem dos planejamentos oficiais, a porcentagem de humanos que habitam estes espaços é bastante significativa na maioria das urbes do III Mundo. Nos anos 1990, perfaziam 46% na Cidade do México, 55% em Manila, 60% em Kinshasa, 67% em Calcutá, percentuais que por sinal, demonstram tendência em manter sem trégua, avultadas taxas de expansão (Figura 16).

Este quadro sintético de crise que estamos expondo, em seus incontáveis rebatimentos espaciais, tanto no natural quanto no artificial, é indiscutivelmente o mais preocupante retrato da sociedade moderna, que em decorrência do que foi comentado, resultou de uma temporalidade que abdicou do espaço como seu espelho estável.

No passado, foi possível aos Maia deslocarem sua arena territorial das planícies meridionais da Mesoamérica para 400 km ao Norte, na Península do Yucatán. Além do mais, no que condiz à parceria das culturas do passado com o meio natural, a

derrocada dos arranjos espaciais do passado foi secundada pelo retorno da natureza.



**FIGURA 16** - As trinta maiores aglomerações contíguas de favelas no mundo no ano de 2006, algumas das quais, formam cinturões que superam o milhão de habitantes (Fonte: cartografia elaborada com base em DAVIS, 2006. In: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 25-08-2018).

Deste modo, Wagadu (na Mauritânia), Nínive (na Assíria, atual Iraque) e Palenque (no México), foram retomados respectivamente pelas savanas, pelas areias e pela floresta equatorial.

Porém, no passado a torção do tempo-espço fez desabar a sociedade da ilha da Páscoa. As estátuas ciclópicas erguidas por esta civilização isolada nos confins do Pacífico, os *Moai*, converteram-se tão só em meros resíduos têmporo-espaciais que seguem não-vegetados e não-renaturalizados, pontos terminais e próteses mudas que a população sucessora não mais compreende.

Quiçá como Páscoa, a Modernidade poderá naufragar justamente por não desfrutar de espaço para locar seus incontroláveis e cáusticos fluxos de tempo. Deste modo, as reluzentes cidades do tempo linear, ao contrário das metrópoles do passado, ao sucumbirem, talvez somente possam ser submersas pelo lixo, pela radioatividade e pelos resíduos perigosos gerados para mantê-las, um mundo esterilizado e carente de perspectivas, prenunciado pela cinematografia futurista (Figura 17).



FIGURA 17 - *Blade Runner*, celebrado *cult movie* futurista (1982), é uma das muitas películas centradas nos dilemas da Modernidade, que antecipam a possibilidade de um colapso ambiental generalizado, inserindo, pois uma leitura ecológica dos tempos modernos. A imagem acima é um fotograma de *Blade Runner 2049*, filme lançado em Outubro de 2017, um *remake* do icônico roteiro de 1982, com mote na retomada dos argumentos da produção original (Fonte: < <http://www.empireonline.it/2017/06/20/ryan-gosling-parla-blade-runner-blade-runner-2049/> >. Acesso: 27-08-2018).

Advertiu o escritor libertário norte-americano Murray BOOKCHIN: “a civilização, tal como hoje a conhecemos, com sua história e mitologia próprias, é ainda mais muda que a própria natureza que pretende interpretar, é ainda mais cega e elementar que as forças que ela pretende controlar” (1989: 45).

Mais ainda, “esta civilização vive na oposição permanente com tudo que a rodeia a até consigo própria. As suas cidades anormais e desventradas, as suas terras mortas, seu ar envenenado, o seu espírito mercantil e estreito são o repertório cotidiano da sua imoralidade e da sua indiferença” (idem).

Utilizando uma metáfora, e nela há muito de verdade, poderíamos ponderar que a torção provocada pelo tempo está fazendo o espaço desabar para dentro de si mesmo, arrastando consigo o homem e a natureza.

É possível também que este tempo, ao tragar esta pequena e frágil partícula do Cosmos que é nosso planeta, e inclusive devorar suas próprias próteses, termine por fagocitar a si mesmo, embalado com a fruição narcísica de sua velocidade.

#### IV. REFLEXIBILIDADE, HUMANIDADE E NATURALIDADE

Este texto transcorreu sob o signo de um primado repetido a todo instante, relativo à solidariedade do tempo para com o espaço e vice-versa. Foi insistentemente lembrado, apenas o padrão civilizatório ocidental rompeu esta conjugação.

Tal ruptura fundamentou-se com o concurso de uma interpretação social do tempo que repudiou as asserções sensíveis presentes tanto no tempo-espaço dos humanos quanto no da natureza.

Anteriormente à eclosão do tempo linear e progressivo, estas inferências eram indissociáveis dos velhos modos de produção, que concretamente as pautavam no seu metabolismo com a natureza.

As formações sociais de outrora prescreviam na relação com o entorno natural pressupostos de perdurabilidade, sustentabilidade e de estabilidade, observáveis tanto nos relacionamentos mantidos entre os homens, quanto destes com o meio ambiente.

Todavia, esta normatização, básica para uma apreensão qualitativa do cosmos e do homem enquanto sua emanção foi preterida e abandonada pela adoção de premissas reducionistas e quantitativas, essenciais para a implantação do moderno sistema de produção de mercadorias.

Neste passo, *a sociedade contemporânea perdeu de vista que, na história, ao lado da evolução, o elemento estável desempenhou papel fundamental* (Cf. GOUREVITCH, 1975: 283).

Com a Modernidade, o fruir do tempo se materializa a partir de uma sobreposição globalmente desarmoniosa para com o tempo da natureza, dos homens e com os demais tempos sociais, entendidos como obstáculo à implantação dos ritmos e sequências da temporalidade moderna.

Sob o impulso catalisador da progressividade, *os homens foram induzidos a uma transitoriedade pela qual, os relacionamentos, como as coisas, foram se tornando cada vez mais transitórios, efêmeros* (TOFLER, 1973: 39).

O mundo moderno substantivou-se a partir de uma ruptura radical com a vida pública, que deixou de atuar como fator de interação entre os humanos. Com isto,

aquele equilíbrio no final das contas tão necessário para a estabilidade emocional do homem, também deixou de existir.

Como consequência, *multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com as suas emoções particulares* (SENNETT, 1993: 17).

Dada a relação de similaridade que articula linearidade e progressividade da temporalidade moderna com a profanação do tempo-espaço do homem e a degradação da natureza, é possível, a partir desta correlação, firmar o caráter igualmente correlato da torção do tempo-espaço social com as dos dois outros estratos citados, quais sejam, o da natureza e do homem em si mesmo.

Nos bastidores desta torção generalizada, *está aquele desencaixe, descolamento, desacoplamento, desarticulação, desconexão, desajuste do tempo-espaço*, vital para compreendermos o esgarçamento dos equilíbrios sociais e naturais, afetando grupos, povos e nações.

Deste modo, seria possível alinhar pontuações como conclusão inevitável em face do foi exposto. Pois então, teríamos:

**1.** O desajuste do tempo com o espaço é inseparável de um rol de desarmonias pertinentes exclusivamente ao Ocidente enquanto padrão civilizatório, devotadas a antinomizar o geral ao particular, o eu ao outro, razão e emoção, homem e mulher, luz e sombra, o artificial ao natural.

Sendo inter-relacionadas estas instâncias não podem ser discutidas ou analisadas em separado, o que as transforma conjuntamente nas premissas essenciais para um equilíbrio absolutamente novo, contraposto à Modernidade.

Entretanto, ainda que este debate não seja restrito ao ambientalismo e diga respeito à totalidade dos movimentos sociais, à academia, ao feminismo, às mobilizações culturais e diversos outros atores sociais, devendo, pois ser encaminhado por cada um destes e conjuntamente por todos, esta discussão *tem no ambientalismo seu intérprete privilegiado*.

A ecologia, entendida como obstáculo às estratégias de desnaturalização, insere autenticamente uma discussão com conteúdos temporais, ou como prefere definir Georges BALANDIER, *uma ciência do tempo* (1988: 195).

**2.** Em termos das possíveis consequências relacionadas com o avanço da artificialidade, seria pertinente demarcar, dentre os mais plausíveis, dois cenários têmporo-espaciais básicos:

**2a.** *Um cenário pós-moderno high tech:* Este seria decorrente da inoculação de conteúdos de tempo ainda maiores no conjunto do sistema de engenharia, consubstanciando uma expansão ainda maior da tecnosfera.

*In extremis*, este cenário pressupõe *uma dilatação da fronteira espacial da artificialidade*, via colonização da estratosfera, do subsolo e do relevo submarino, apontando igualmente para sua projeção na direção de outros astros e planetas do sistema solar.

Contudo, este maior conteúdo técnico introjetado ao sistema de engenharia, não seria, em si mesmo, impeditivo do esgotamento do espaço, tornando inevitável o recrudescimento dos conflitos e contradições entre os “senhores do tempo” e um diversificado elenco de excluídos.

Este contexto provavelmente conduzirá a disputas cada vez mais acirradas entre os países centrais pela posse dos recursos disponíveis, assim como entre as próprias nações periféricas.

Em resumo, este cenário não exclui nem a irrupção e tampouco a exacerbação de convulsões em todos os níveis, na esfera do político, do social, cultural, econômico e manifestadamente, no ambiental.

**2b.** *Um cenário construído com base na tese do desenvolvimento sustentado*, que mantendo, num certo sentido, contradição com o cenário anterior, não sugere, *em princípio*, o triunfo irretorquível da artificialidade e a convulsiva autofagia que seria seu epifenômeno direto.

Os defensores do desenvolvimento sustentado propõem uma compatibilidade entre o sistema de produção de mercadorias já existente e os princípios de preservação ambiental.

No entanto, aparte os esforços dos seus defensores, a tese tem se constituído muito mais um discurso do que uma prática real. No limite, ela se restringiria a pavimentar uma transição que partindo do insuportável *teria por meta final o sofrível* (SANTOS, 1992 e VIANNA, 1991).

Nesta formulação, do mesmo modo não estaria ausente aquele direcionamento homogeneizador que tantas sequelas trouxe para o conjunto de povos, pois afinal, ela propõe a adequabilidade de um mesmo modelo de desenvolvimento para as mais diferentes realidades (DIÓGENES, 1993: 9).

Outra nuance é que o desenvolvimento sustentado, ao ignorar a contradição que opõe radicalmente o tempo linear e progressivo com a natureza, suscita justificadas dúvidas quanto à sua eficácia enquanto projeto ambiental viável.

Retenha-se, de resto, que mesmo não se contrapondo aos ditames modelares do sistema de produção de mercadorias, ainda assim a tese recebeu escassa audiência junto aos setores “duros” e/ou conservadores do *establishment*, para os quais é inconcebível qualquer tipo de relacionamento com a natureza que não a reduza a um recurso utilitário.

**3.** Outro desdobramento factível frente ao cenário de disputa por recursos cada vez mais escassos, seria a constituição ou reconstituição de comunidades imaginárias de fundo nacional, étnico e religioso, através da construção ou da ressemantização das diferenças.

Embora aparentemente um paradoxo, a crise da modernização tende a reforçar, e não enfraquecer, os sistemas de segurança ontológica oriundos da constelação pré-moderna.

A incorporação progressiva das sociedades extraeuropeias no sistema capitalista mundial deu-se sob formas manifestadamente contraditórias, sendo fundamentada na reposição e renovação das diferenças em nível de povos, grupos e culturas, determinando a permanência de sistemas de pensamento “arcaicos”, mágicos ou numa única expressão, *não-progressivos*.

Ao subentender lógicas de apreensão do tempo oposta à temporalidade dominante, este imaginário tradicional é uma possível inspiração para estratégias de resistência ou alternativas à Modernidade.

Faria sentido anotar, tal como sublinha o antropólogo francês Georges BALANDIER, que *o tradicionalismo é muito astucioso, não se deixa aprisionar facilmente e frequentemente subverte as forças que pretendem dominá-lo, inclusive pela manipulação dos sentidos simbólicos da Modernidade* (1969: 147-181).

No mais, mesmo admitindo-se a vigência de uma *crise das ideologias* (HOBBSAWN, 1993), a aferição não respaldaria, por outro lado, a sugestão de um esgotamento do pensamento crítico, que poderá nutrir-se de fontes das mais insuspeitas, a começar pelo imaginário pré-moderno.

A memória dos tempos e dos espaços que outrora vicejavam na Terra continua viva no inconsciente social de milhões de excluídos, pelo que, seria permitido entender afloramentos de velhos arquétipos sob novas roupagens, advindos do substrato anímico que reformata imagens e recombina a memória coletiva, pavimentando novas expectativas e novos projetos.

**4.** A ecologia e os movimentos sociais ligados a reivindicações com este perfil, sejam eles “novos” ou “velhos” (FRANK *et* FUENTES, 1989), rotulados de ecológicos ou não, em virtude de estarem objetivamente dissociados da lógica temporal e espacial da Modernidade, sinalizam cabalmente novas formulações utópicas.

Isto porque o ambientalismo, ao posicionar-se contra as mazelas que resultam do progresso indiscriminado, contesta concretamente o *modus faciendi* da sociedade moderna, não importa que tenha ou não clareza desta interface.

Nesta linha de aferição, a visão de mundo ambientalista, ao pautar objetivamente outras temporalidades, afeitas a amalgamar tempo e espaço, dificilmente poderia ser enquadrada no que Anthony GIDDENS, por exemplo, categoriza como “realismo utópico”.

Isto é, uma postura de “abertura de janelas” para o futuro estaqueada num endosso imanente do estado de coisas existente <sup>17</sup>, proposição fragilizada de antemão devido às cristações evocada pela predisposição matricial do ecologismo em questionar a ordenação linear do tempo, *leitmotiv* da crise ambiental e da entropia sistêmica da Modernidade nos campos político, econômico, cultural e social.

É em função desta antinomia que a ecologia igualmente polariza com o pensamento marxista. Enquanto visão do mundo, o marxismo posicionou-se em defesa de uma temporalidade identicamente linear e progressiva, que aliás, respalda o paradigma que no pensamento marxista, legitima imperativos como *máximo desenvolvimento das forças produtivas*, *a aceleração da história* e, para concluir, *a vitória sobre as forças da natureza* enquanto premissas centrais no processo histórico.

Isto posto, muito mais do que um “tema”, o horizonte ambientalista, por implicar numa reelaboração radical dos conceitos de tempo, de espaço e de natureza, simultaneamente preconizaria uma perspectiva interdisciplinar, uma utopia e um projeto político, passível de calçar a aspiração de homens e mulheres em superar os obstáculos colocados à sua transformação, *alçando-os à condição de atores esclarecidos de seu destino social* (ACOT, 1990: 192).

Em resumo, a formulação de um cenário alternativo deve caminhar na direção exatamente oposta à temporalidade moderna, contrapondo-se à artificialidade *pelo resgate da diversidade do tempo*, reencaixando-o com os múltiplos espaços que habitam o corpo, a moradia, a cidade, o território e o conjunto da biosfera.

**5.** As reflexões consignadas neste texto, um convite em reposicionar a discussão relativa ao tempo, cuja importância, para a compreensão e explicação da natureza dos seres e das coisas não tem recebido a atenção a que faz jus (Cf. ANDRADE, 1971: 76).

Por isto, como decurso desta locução, seria essencial repensar o tempo e o tempo das necessidades, assim como reterritorializá-los no espaço habitado. *Um espaço redivido, no qual a singularidade das expressões reverbere enquanto o tempo em sua multiplicidade, e não enquanto unicidade fechada em si mesma.*

Seria cabível, portanto, pontuar a questão da naturalidade, que no fundamental atenderia à indagação que segue: Nos marcos de uma vitória do artificial sobre o natural, pensando-se um Planeta recoberto por próteses cada vez mais enrijecidas, na qual a vida seria mantida em carapaças, redomas e nos chamados ecossistemas fechados, no qual não mais poderíamos vislumbrar revoadas de pássaros, e com os rios, lagos, mares e oceanos despovoados, com os campos esterilizados, nenhuma floresta e nenhum traço da atmosfera original, e o próprio homem estaria vestido de uma nova carne, ele mesmo uma prótese por ser fabricado, clonado ou mecanizado, qual natureza seria possível defender?

É possível que, mesmo nesse mundo, com uma fauna de seres clonados, duplicados e replicantes, excetuada a hipótese de um domínio integral do inconsciente, ainda assim existiria uma luta ecológica potencial, uma demanda por um outro tempo e por um outro espaço.

*Isto porque a natureza flui nos humanos para que estes possam, dialeticamente, configurar-se como humanos.* Por extensão, seria ainda pertinente retomarmos a

naturalidade da história, a ecologia do tempo e o espaço da natureza, pois nesta habitaria os sonhos dos humanos.

Enquanto o humano configurar-se enquanto moradia do anímico, de uma relação sensível consigo mesmo e com o universo, existirá sentido em defender a natureza, seus tempos e seus espaços, a partir dos quais o edifício da consciência pode ser reerguido, resgatando do passado àquilo que ele possui de melhor.

Na realidade, a natureza só desaparecerá se a artificialização dos humanos retirá-lhes seu âmago sensível, suas energias sutis, sua intuição e capacidade de sonhar e de amar. Apenas em tal hipótese a natureza desaparecerá. Mas, com isto, o humano deixará de existir.

Viver humanamente é viver em solidariedade com o tempo, com o espaço, com o outro que vive em nós e no nosso exterior. É neste sentido que a possibilidade de viver radicalmente nossa condição humana é que devolve à natureza os seus mitos, os seus ciclos, a sua temporalidade (*apud* DIÓGENES, 1992: 10).

A vida se apresenta, pois enquanto um matrimônio indissolúvel com o recomeço, com a germinação, com nossos reflexos e com nossos sonhos.

Fato fundamental para nossa contínua redescoberta do mundo.

## BIBLIOGRAFIA

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 1990;

ALIER, Joan Martínez. *El Ecologismo de Los Pobres*. Revista Envio, nº. 125. Manágua (Nicarágua): Universidade Centro Americana de Manágua (UCAM). 1992;

ANDRADE, Almir de. *As Duas Faces do Tempo: Ensaio crítico sobre os fundamentos da filosofia dialética*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora José Olympio. 1971;

ATTALI, Jacques. *Histoires du temps*. Paris (França): Librairie Artheme Fayard Fayard. 1982;

AUGÉ, Marc. *Note Sur Les Rapports Entre Espace Social et Systèmes Symboliques*. Paris (França) : Annales Économies, Sociétés, Civilisations (ESC), nº. 6, pp. 1251-1259. 1985;

BAHRO, Rudolf. *A Alternativa - Para uma Crítica do Socialismo Real*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 42, Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1980;

BALANDIER, Georges. *Modernidad Y Poder*. Serie Antropología. Madrid e Barcelona (Espanha): Jucar Universidad. 1988;

\_\_\_\_\_. *Antropologia Política*. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1969;

BANU, Ion. *La Formación Social "Asiática" en la Perspectiva de la Filosofía Oriental Antigua*. In: El Modo de Producción Asiático, Roger Bartra (organizador). Coleção El hombre y su tiempo, Cuarta edición. México (DF): Ediciones ERA. 1978;

BARTRA, Roger. *El Modo de Producción Asiático - Problemas de la historia de Los países coloniales*. In: El Modo de Producción Asiático, Roger Bartra (organizador). Coleção El hombre y su tiempo, Cuarta edición. México (DF): Ediciones Era. 1978;

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Coleção Geografia e Sociedade volume 2. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1982;

BOOKCHIN, Murray. *Sociobiologia ou Ecologia Social?*, Lisboa (Portugal): Editora Sementeira. 1989;

BOYDEN, Stephen et CELECIA, John. *Ecologia das Megalópoles*. In: revista O Correio da UNESCO, Junho de 1981. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1981;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

BROWN, Lester Russel. *Por uma Sociedade Viável*. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1983;

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo (SP): Editora Cultrix. 1991;

CARDOSO, Ciro Flamarion Santanna. *De Volta às Fontes Originais: O Conceito de Modo de produção asiático em Marx e Engels*. In: Modo de produção asiático - Nova Visita a Um Velho Conceito, 1ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 1990;

CARVALHO, Edgard Assis. *Antropologia Econômica*. Coletânea de textos, Edgard Assis Carvalho (org.), 1ª Edição. São Paulo (SP): Livraria Editora Ciências Humanas. 1978;

CARVALHO, Marcos de. *O Que é Natureza?*. Coleção Primeiros Passos nº. 243. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;

CARTRY, Michel. *De la Aldea a la Selva o el Replanteamiento de la Cuestión*. In: La Función Simbolica (Michel Izard et Pierre Smith, organizadores). Serie Antropologia. Madrid e Barcelona (Espanha): Jucar Universidad. 1989;

CASSETI, Valter. *Ambiente e Apropriação do Relevo*. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1991;

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Araweté: O Povo do Ipixuna*. São Paulo (SP): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1992 ;

CHAUÍ, Marilena. *O Poder e o Imaginário*. In: *Rede Imaginária: Televisão e Democracia*. Publicação da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). São Paulo (SP): 1990;

CHESNAUX, Jean. *El Modo de Producción Asiático*. In: *El Modo de Producción Asiático*, coletânea de textos. Barcelona, Cidade do México e Buenos Aires: Ediciones Grijalbo. 1975;

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Francisco Alves. 1982;

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

CLÉVENOT, Michel. *Enfoques Materialistas da Bíblia*. Coleção Pensamento Crítico, Volume 28. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1979;

CMMAD, *Nosso Futuro Comum*. (Our Common Future, Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU) Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1988;

CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre e São Paulo (RS-SP): coedição Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo (SP): Boitempo Editorial. 2006;

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Edição do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Úmidas Brasileiras (NUPAUB). São Paulo (SP): NUPAUB. 1994;

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *A Utopia Moderna do Desenvolvimento Sustentável*. Fortaleza (Ceará): texto mimeo. 1993;

\_\_\_\_\_. *Pós Modernidade: Mito e Natureza*. Fortaleza (CE): Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS) e Universidade Federal do Ceará (UFC). 1992;

DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. Coleção Saber Atual, nº. 153. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1972;

DORF, Philip et FARRELL, John Thomas. *Our Early Heritage: Ancient and Medieval History*. Nova York (EUA): Oxford Book Company. 1940;

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Coleção Perspectivas do Homem. Lisboa (Portugal): Edições 70. 1978;

ELLIOTT, Lorraine. *The Global Politics of the Environment*. London (United Kingdom): Macmillan. 1998;

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 8. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra. 1979;

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer - Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições de um Povo Nilota*. Coleção Estudos, nº. 53. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1978;

FERREIRA, José Maria Carvalho. *Ecologia social e Desenvolvimento*. Lisboa (Portugal): texto mimeo. Lisboa, Portugal. 1992;

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *O Mundo Antigo: Economia e Sociedade*. Coleção Tudo é História, nº. 39. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1982;

FRANK, André Gunder et FUENTES, Marta. *Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais*. In: Revista Lua Nova, pp. 19-48. São Paulo (SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). 1989;

GEBRAN, Philomena. *O Conceito de Modo de Produção* (Coordenação). Coleção Pensamento Crítico, volume 24. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1978;

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC). 1989;

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 1991;

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Coleção Debates, nº. 91. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1974;

GOULD, Stephen Jay. *Seta do Tempo e Ciclo do Tempo - Mito e Metáfora na descoberta do Tempo Geológico*. São Paulo (SP): Editora Companhia das Letras. 1991;

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. *O Tempo como Problema de História Cultural*. In: Estudos reunidos pela UNESCO. Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. Coleção Debates, nº. 111. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1975;

GUGLIELMO, Antônio Roberto. *A Pré-história: Uma Abordagem Ecológica*. Coleção Tudo é História, nº. 135. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Coleção Biblioteca Vórtice, Sociologia e Política, nº. 21. São Paulo (SP): Edições Vórtice - Editora Revista dos Tribunais. 1990;

HOBSBAWN, Eric. *A Crise das Ideologias*. In: *Jornal Utopia*, nº. 8. Porto Alegre (RS): Utopia. 1993;

HUXLEY, Aldous. *As Portas da Percepção e o Céu e o Inferno*. 7ª Edição. Coleção Fronteiras, Volume 1. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira. 1973;

JOPPERT, Ricardo. *O Alicerce Cultural da China*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Avenir Ltda. 1978;

KAGAMÉ, Alexis. *A percepção empírica do tempo e concepção de história no pensamento bantu*. In: *As Culturas e o Tempo*. São Paulo e Petrópolis (SP-RJ): coedição Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

LAGO, Antonio et PADUA, José Augusto. *O que é Ecologia*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1984;

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1988;

LARITCHEV, Vitali E. *Arte Pré-Histórica na Sibéria: Uma Cosmogonia Gravada em Pedra*. In: *Revista Correio da UNESCO*, publicada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exemplar de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas. 1981;

LEIS, Hector Ricardo. *Apresentação*. In: *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Coedição Fase/Vozes/Airi/ Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). 1991a;

\_\_\_\_\_. *Ecologia e Soberania na Antártica ou o Papel da Questão Ambiental como Agente Transformador da Ordem Internacional*. In: *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Coedição Fase/Vozes/Airi/ Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ. 1991b;

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Biblioteca de Ciências Sociais, 3ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1976;

MARX, Karl. *O 18 Brumário*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1977;

\_\_\_\_\_. *A Dominação Britânica na Índia*. Artigo publicado no New York Daily Tribune, 25 de Junho de 1853. In: *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas*, volume 2. Lisboa (Portugal): Seara Nova. 1976;

\_\_\_\_\_. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas (Formen)*. Coleção Pensamento Crítico, volume 3. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1975a;

\_\_\_\_\_. *O Capital*. 3ª. edição, São Paulo (SP): Editora Civilização Brasileira. 1975B;

MARX, Karl et ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã, Parte I: Feuerbach*. Barcelona (Espanha): Editora Grijalbo. 1977;

MATARAZZO-NEUBERGER, Waverli Maia. *Lista das Aves Observadas na Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira*. In: Revista Brasileira de Biologia (RBB), exemplar de Maio. Rio de Janeiro (RJ): RBB. 1990A;

\_\_\_\_\_. *Aves de uma Seção de Mata Atlântica - Santo André*. II Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul Sudeste Brasileira. Publicação da Academia de Ciências do Estado de SP (ACIESP), nº. 71, Volume 1. São Paulo (SP): ACIESP. 1990B;

MC LUHAN, Marshall et FIORE, Quentin. *Guerra e Paz na Aldeia Global*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Record. 1971;

MEADOWS, Dennis L. et alli (Orgs.). *Limites do Crescimento: Um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*. Coleção Debates, nº. 90. São Paulo (SP): Editora Perspectiva, 1973;

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Lisboa (Portugal): Editorial Teorema. 1986;

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Visível e o Invisível*. Coleção Debates, nº. 40. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 2012;

\_\_\_\_\_. *De Mauss a Claude Levy-Strauss*. In: *Os Pensadores*. São Paulo (SP): Editora Abril Cultural. 1980;

MOLES, Abraham. *O Kitsch*. Coleção Debates, nº. 68. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1972;

MONTERO, Paula. *Reflexões Sobre uma Antropologia das Sociedades Complexas*. In: *Revista de Antropologia*, nº. 34. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). 1991;

NIYANG, Sulayman S. *Deuses e Homens na África*. In: *Revista O Correio da UNESCO*, exemplar de Abril. São Paulo (SP): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1982;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Lógica da Especulação Imobiliária*. In: MOREIRA, Ruy (Organização). *Geografia: Teoria e Crítica: O saber posto em questão*, pp. 131-146. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 1982;

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. 8ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 2000;

PANKOW, Gisela. *O Homem e seu Espaço Vivido*. Campinas (SP): Editora Papirus. 1988;

PIGNATARI, Décio. *Simbologia do Consumo*. In: *Rede Imaginária Televisão e Democracia*. São Paulo (SP): Publicação da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). 1990;

RICOEUR, Paul. *Introdução*. In: *As Culturas e o Tempo - Estudos Reunidos pela UNESCO*. Petrópolis e São Paulo (RJ/SP): Coedição Vozes/Editora da Universidade de São Paulo (USP). 1975;

SAHLINS, Marshall. *A Primeira Sociedade de Afluência*. In: *Antropologia Econômica*, Edgard Assis Carvalho (org.). São Paulo (SP): Livraria Ciências Humanas. 1978;

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 2ª. Edição. Coleção Debates, nº. 63. São Paulo (SP); Editora Perspectiva. 1978;

SALAS, Rafael Montinola. *Cidades que nos devoram*. In: *revista O Correio da UNESCO*, nº. 3, pp. 10-17, Março. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas (FGV). 1987;

SALES, Vanda Claudino. *Ecos da Eco-92*. Fortaleza (CE): Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Fortaleza. 1992;

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo: São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico Informacional*. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. 4ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

\_\_\_\_\_. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1993;

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. Coleção Geografia: Teoria e Realidade. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1981;

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978a;

\_\_\_\_\_. *Espaço e Dominação*. In: Seleção de Textos, nº. 4, pp. 3-19. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local São Paulo. 1978b;

\_\_\_\_\_. *Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: O Exemplo do Brasil*. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 29, nº. 4, pp. 78-92. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE). 1967;

SANTOS, Selene Herculano dos. *Como passar do Insuportável ao Sofrível*. In: Revista Tempo e Presença, edição especial de Meio Ambiente, nº. 261, janeiro/fevereiro de 1992, pp. 12-13. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1992;

\_\_\_\_\_. *Reflexões Críticas Sobre o Relatório Brundtland: As Questões do Desenvolvimento Sustentável e da Nova Ordem Econômica Internacional*. Texto mimeo. Rio de Janeiro (RJ): GRUDE. 1991;

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*. 3ª reimpressão. São Paulo (SP): Companhia das Letras. 1993;

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo-Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Editora Atual. 1984;

SINGER, Paul. *Curso de Introdução à Economia Política*. Coleção Textos Didáticos de Economia, nº. 1, 6ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Forense-Universitária. 1980;

SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático: História de uma Controvérsia Marxista*. Coleção Pensamento Crítico, nº. 10. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977;

SOJA, Edward. *Between Geographical Materialism and Spatial Fetichism: Some Observations on the Development of Marxist Spatial Analysis*. São Paulo (SP): texto mimeo. 1986;

SOLLA PRICE, Derek de. *A Ciência desde a Babilônia*. Coleção o Homem e a Ciência, Volume 2. Belo Horizonte/São Paulo (MG/SP): Coedição Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

TARDITS, Claude. *L'Espace Indicateur Historique Révélateur Structural: L'Exemple Bamoun*. Paris (França): Annales Économies, Sociétés, Civilisations (ESC), nº. 6, pp. 1261-1287. 1985;

TEMPELS, Placide. *La Philosophie Bantoue*. Collection Présence Africaine. Paris (França): Présence Africaine. 1949;

TOFLER, Alvin. *O Choque do Futuro*. 1ª edição. São Cristóvão (RJ); Editora Arte Nova, 1973;

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe Terra: Uma história narrativa do mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1979;

TUAN, Yi Fu, 1980, *Topofilia - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo (SP): Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1990;

VIANNA, Aurélio. *Desenvolvimento e Desigualdade Insustentáveis*. In: Suplemento Debate do Jornal Contexto Pastoral nº. 3, Agosto/Setembro de 1991. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1991;

VIOLA, Eduardo José et LEIS, Hector Ricardo. *Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: o papel organizador do ecologismo*. In: LEIS, Hector Ricardo (Organização). *Ecologia e Política Mundial*, pp. 23-50. Rio de Janeiro (RJ): Fase/Vozes/Airi/PUC-RJ. 1991;

WALDMAN, Maurício. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, Volume 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006;

\_\_\_\_\_. *Para Onde Vamos? Ecologia, Economia e Ecumenismo*. In: Meio Ambiente e Missão - A Responsabilidade Ecológica das Igrejas, pp. 13-42, Clóvis Pinto de Castro. (Org.). São Bernardo do Campo (SP): Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (EDITEO). 2003;

\_\_\_\_\_. *Espaço e Modo de Produção Asiático*. In: Boletim Paulista de Geografia, nº. 72. São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção local São Paulo. 1994;

\_\_\_\_\_. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. Coleção Caminhos da Geografia, 8ª edição. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1992a;

\_\_\_\_\_. *Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais*. In: revista Tempo e Presença, nº. 261, edição especial de Meio Ambiente, Janeiro-Fevereiro de 1992. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1992b;

\_\_\_\_\_. *Templos e Florestas - Metamorfoses da Natureza e Naturalidades da Metamorfose no Mundo Oriental*. Texto mimeo. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1992c;

\_\_\_\_\_. *A Ecologia do Tempo*. Paper elaborado para o Fórum Global da Eco-92. São Paulo e São Bernardo do Campo (SP): texto mimeo. 1992d;

\_\_\_\_\_. *A Eco-92 e a Necessidade de um novo Projeto*. In: *Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento em Questão*. Fortaleza (CE): Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Fortaleza. 1992e;

\_\_\_\_\_. *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*. In: *Conversão da Dívida e Meio Ambiente*, Paulo Schilling (org.). São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): coedição Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e Editora Global. 1991a;

\_\_\_\_\_. *Okologie oder Ocollorgie? Lutzemberger: Umweltpolitik auf neoliberal - eine polemik*. In: *Lateinamerika Nachrichten*, nº. 205-20, pp. 10-14. Berlin (Alemanha): Forschungs und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika. 1991b;

\_\_\_\_\_. *Ecologia e Movimentos Sociais: Breve Fundamentação*. In: *Hidrelétricas, Ecologia e Progresso*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1990;

WALDMAN, Maurício et FATHEUER, Thomas. *Ecologia: Um Novo e Antigo Projeto Global*. Artigo publicado na seção Painel, Caderno ABCD do Jornal Folha de São Paulo, edição de 27-12-1991. São Paulo (SP). 1991;

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo (SP): Editôra Cultrix. 1972;

\_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo (SP): Livraria Pioneira Editora. 1967;

WESTHELLE, Vitor. *Teologia da Criação e o Desafio da Criação*. Petrópolis (RJ): Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE). 1990;

WITTFOGEL, Karl August. *As Causas Naturais da História Econômica: Natureza e Sociedade no Sistema no Sistema Marxiano*. In: *Seleção de Textos*, nº. 20. São Paulo (SP): Edição da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). 1993;

\_\_\_\_\_. *Oriental Despotism: A comparative study of total power*. New Haven (EUA): Yale University Press. 1957;

WOODWARD, Davis et LEWIS, G. Malcom. *The History of Cartography*, Volume 2, Book 3 - Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies. Chicago e Londres: University of Chicago Press. 1998.

## OBRAS DE CONSULTA E DOCUMENTOS

*The New York Times 2000 Almanac*. Penguin Reference Books. Nova York: Penguin., 2000.

*UNESCO: A Cidade, Hoje e Amanhã*. Informe final do Colóquio MetrÓpole 84, (1984) organizado por iniciativa do Conselho Regional da Ile-de-France. In: revista O Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, nº. 5, pp. 24-29, Maio de 1985.

*BRAZIL/CANADÁ: Symposium: Cities in the Nineties: Catastrophe or Opportunity?*. Relatório final de seminário conjunto organizações municipais canadenses a brasileiras. 1991.

## FILMOGRAFIA

*Blade Runner*, Estados Unidos, 1982, de Ridley Scott (118 m).

*Blade Runner 2049*, Estados Unidos, 2017, de Denis Villeneuve (163 m).

*Koyaanisqatsi*, Estados Unidos, 1983, de Geofrey Reggio e Philip Glass (87 m).

*Metropolis*, Alemanha, 1927, de Fritz Lang (90 m).

*O Cidadão Kane*, Estados Unidos, 1941, de Orson Welles (119 m).

*Tempos Modernos*, Estados Unidos, 1936, de Charles Chaplin (87 m).

*Videodrome - A Síndrome do Vídeo*, coprodução EUA/Canadá, 1982, de David Cronenberg (89 m).

## LITERATURA

BORGES, Jorge Luis. *Tlon, Uqbar, Orbis Tertius*. In: *Ficções*. Porto Alegre (RS): Editora Globo. 1970;

KAFKA, Franz. *A Metamorfose*. Edições de Ouro, nº. 1.654. Rio de Janeiro (RJ): Editora Ediouro. 1971.

## ACERVOS

*Museu do Relógio*, acervo do Professor Dimas de Mello Pimenta, São Paulo, SP.

1 **Tempo, Modernidade e Natureza**, (2018, Editora Kotev©) tem por matriz o texto *A Ecologia do Tempo*, divulgado durante a Eco-92, sendo mais adiante reelaborado como trabalho de conclusão de curso para a disciplina Teorias Antropológicas Modernas (1993), ministrado em nível de pós-graduação pelo Departamento de Antropologia da USP, sob responsabilidade da Professora Doutora Paula Montero (FFLCH/USP). Reformatado enquanto *paper* sob o título **Tempo, Modernidade e Natureza**, foi então publicado no Caderno Prudentino de Geografia, nº. 16, pp. 24-73, 1995, revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Presidente Prudente (SP). Posteriormente, em 2001, o título foi disponibilizado na Internet, incorporando pequenos acertos de estilo, de configuração editorial e atualização bibliográfica, o mesmo ocorrendo no ano de 2009 e em 2018, revisões que em nada alteraram as premissas do texto original. Na edição de 2018, **Tempo, Modernidade e Natureza** foi masterizado, incluindo 17 imagens (13 das quais inéditas), acatando reconfiguração normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF, iniciativa encaminhada por intermédio da **Editora Kotev (Kotev©)**, com vistas a disponibilizar o texto em acesso livre na Internet. Esta edição incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, em vigor desde o ano de 2009. A formatação do material, contou com a Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Picciolo, E-mail: [francesco\\_antonio@hotmail.com](mailto:francesco_antonio@hotmail.com), Homepage: [www.harddesignweb.com.br](http://www.harddesignweb.com.br). **Tempo, Modernidade e Natureza** é um material gratuito, sendo vedada a reprodução comercial e divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev (Kotev©)**. A citação de **Tempo, Modernidade e Natureza** deve obrigatoriamente acatar referências bibliográficas conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Tempo, Modernidade e Natureza*. Série Antropologia do Espaço, Nº. 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

2 **Maurício Waldman** é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área ambiental e uma carreira acadêmica com contribuições no campo da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Waldman foi colaborador de Chico Mendes, Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Nos anos 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo e Rio de Janeiro), em movimentos em defesa da Represa Billings no Grande ABC Paulista e em diversas entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo. Também participou do Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). Autor de 18 livros e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman é autor, dentre outras obras, de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental e de *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*,

obra finalista do Prêmio Nacional Jabuti de 2011 (Cortez Editora, 2010). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), Licenciado em Geografia Econômica (USP, 1992), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós-Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós-Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós-Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

**Mais Informação:**

**Portal do Professor Maurício Waldman:** [www.mw.pro.br](http://www.mw.pro.br)

**Maurício Waldman - Textos Masterizados:** <http://mwtextos.com.br/>

**Currículo Plataforma Lattes-CNPq:** <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

**Verbete Wikipédia (BrE):** [http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio\\_Waldman](http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman)

**Contato Email:** [mw@mw.pro.br](mailto:mw@mw.pro.br)

3 Levando-se em consideração nexos bibliográficos matriciais pertinentes à atual edição deste texto (POLANYI, 2000: 47; GIDDENS, 1991: 14-19; GOUREVITCH, 1975), entendemos a Modernidade ou o Ocidente como a sociedade que surge na Europa ocidental a partir da Baixa Idade Média, formando um sistema cujas dinâmicas técnicas, econômicas e unificadoras consolidaram uma crescente supremacia, embaladas pela radicalização incessante das suas demandas materiais e civilizatórias. Neste senso, a Modernidade corresponde ao momento em que este processo se cristaliza, particularmente a partir do Século XIX, conquistando a atual feição a partir da segunda metade do século seguinte. Neste prisma, a Modernidade materializa modos de vida que desvencilharam, de um modo que não têm precedentes, a Humanidade dos modos tradicionais de ordem social. Numa aferição sintética, a Modernidade se caracteriza pela autonomia do econômico como princípio regulador, sendo lógica da produção a diretriz básica da economia, secundada por padrões de excelência técnica, postados ao controle dos ambientes materiais, culturais, políticos, econômicos e sociais do mundo contemporâneo. Diante ordenações de valores criadas pela Modernidade, a religião perde prestígio, sobrepujada por modelos abstratos que regulam relações com viés informal e impessoal, realidade enquadrada por determinações laicas de mundo, carente, pois das imemoriais atribuições mágicas, metafísicas e afetivas que comandaram as sociedades pré-modernas.

4 Esta noção de proximidade com a natureza transparece de forma universal nos mitos cosmogônicos relacionados com a criação do universo. Num dentre muitos exemplos, na arte rupestre de Malaia Syia, que floresceu na Sibéria Oriental, 32 séculos atrás, os elementos da fauna local estão mesclados diretamente com a estrutura do cosmos (LARITCHEV, 1981: 25-27).

5 Neste sentido, caberia resgatar uma assertiva de Karl WITTFOGEL, pela qual, “todas as forças produtivas condicionadas pela natureza (as naturais) possuem qualidade histórica: apenas sob condições históricas determinadas elas começam a atuar. Todas as forças produtivas sociais, por sua vez, estão condicionadas pelo caráter de respectivas forças produtivas condicionadas pela natureza” (1993: 74).

6 Esta terminologia é usual na obra de Karl Marx e Friedrich Engels, designando as civilizações articuladas a partir do modo de produção asiático ou tributário, no qual a presença de um Estado de índole teocrática era mantido com base na exação de tributos das comunidades aldeãs. Atente-se que a despeito do geografismo “asiático”, este modelo de sociedade era identificado pelo materialismo histórico em espaços externos à Ásia, como por exemplo, entre os Astecas, Incas e Maias (na América), no Egito e na Núbia (África).

7 Sucintamente, por *ator* nos referimos ao agente que participa das relações sociais, econômicas, culturais e políticas numa acepção geral, apreendendo além do aparato de Estado e a esfera do econômico, o conjunto de segmentos, grupos, indivíduos e todas as categorias sociais que interagem num determinado *locus* histórico e geográfico.

8 Retenha-se que as proposições que destacam o antropocentrismo enquanto uma particularidade “típica” do Ocidente seria merecedora de reparos, pois certifique-se que num sentido mais amplo, todas as culturas são antropocêntricas. A antropóloga Paula MONTERO, comentando a respeito de Lévy-Bruhl, recorda que a natureza do meio em que nos movemos é de antemão intelectualizada, sendo bem diferente a atitude do homem das sociedades tradicionais (1990: 34-35). No espaço de vida em que o homem tradicional se move, a *totalidade* dos objetos e seres são concebidos como estando mergulhados numa rede de participações a exclusões místicas, com os quais, os humanos diuturnamente interagem. Neste sentido, se para os civilizados o seu meio está reduzido ao que se convencionou definir como natureza socializada, para o homem tradicional, este se alarga à escala do cosmos. Exemplificando, no universo das civilizações africanas, Placide TEMPELS assinala que na ontologia Bantu, a concepção de ser é ligada ao conceito de *força vital*, presente num espectro que se estende dos minerais ao *preexistente* (Cf. 1949: 3-5). Uma vez que a noção de ser encarna-se no homem e no seu entorno, o homem, além de peça central no universo, é visto como em parceria com poderosas forças vitais que permeiam integralmente a natureza. É o que argumenta o filósofo da religião John Mbiti, do Quênia: “A ontologia africana é basicamente antropocêntrica; o homem é o próprio centro da existência e os povos africanos veem tudo se relacionar com essa posição central do homem. Deus é a explicação da origem e da permanência do homem, e é como se Deus existisse por amor ao homem. Ontologicamente, os espíritos são intermediários entre Deus e o homem; eles definem ou explicam o destino do homem depois da vida física” (citado in NYANG, 1982: 28). Certifique-se que, resguardadas as devidas especificidades inerentes a cada contexto histórico-social, que estes pareceres, relativos à África Negra, podem ser estendidos aos demais padrões culturais do mundo da tradição.

9 Note-se que devido aos elevados índices de desmatamento, já no início do Século XIV são estabelecidos os primeiros decretos visando controlar o desflorestamento. Contudo, estas “medidas de proteção à natureza”, tais como o célebre decreto do ministro das finanças francês Jean-Baptiste Colbert, *Das Águas e das Florestas*

(1669), mais que um eventual compromisso com o equilíbrio ambiental, procuravam antes garantir as bases físicas de reprodução do nascente sistema capitalista.

10 Entretanto, vale lembrar que os proto-relógios, mesmo não sendo voltados para finalidades ditas práticas, “eram tão complexos quanto a teoria astronômica e sua construção exigia refinada habilidade mecânica, não reclamada, na época, em nenhum outro campo” (PRICE, 1976: 42). Neste sentido, é incorreta a equação que sinonimiza mecanicamente a Modernidade a uma incontestável primazia técnica. Um exemplo desta assertiva é o caso da máquina astronômica de Antikythera, uma verdadeira obra-prima dos antigos gregos que o renascimento teria dificuldades em duplicar. Descoberta em 1900, ela patenteia um assombroso conhecimento de mecânica, matemática, astronomia, geometria e de engrenagens por parte dos gregos da Antiguidade (Ver neste sentido, PRICE, 1976: 48, 50-51, 53-62).

11 Embora a discussão a respeito do tempo cíclico seja profundamente complexa e ultrapasse em muito os limites deste ensaio, assinale-se que uma das controvérsias reporta à tendência em descrevê-la como universal ao conjunto das civilizações não-europeias. No caso africano, o acadêmico gambiano Sulayman NYANG sugere, por exemplo, uma interpretação diferenciando a noção africana de tempo das tradições orientais e asiáticas, postulando uma aceção pela qual o tempo africano se propõe como tridimensional, compreendendo simultaneamente o passado, o presente e o futuro, compreensão ausente tanto a unilinearidade da interpretação ocidental, quanto a ascética, que seria própria da Velha Ásia (1983: 32). É possível, contudo, destacar um grande traço de união ao conjunto das interpretações sociais de tempo das populações extraeuropeias, fundamentado na perdurabilidade e na afinidade qualitativa de diferentes concepções sociais do tempo.

12 Anote-se que em Dezembro de 1966, a Assembleia Geral da ONU aprovou o *Tratado sobre os princípios reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais corpos celestes*.

13 Este prognóstico confirmou-se plenamente nos levantamentos realizados no ano de 2001 por diversos organismos internacionais, como a ONU (Nota da edição de 2018).

14 Geralmente as respostas institucionais a estas calamidades correm no sentido não de mitigar, mas sim de reforçar a *blindagem do espaço*, via implantação de coletores e sistemas de drenagem que, transferindo para lugares mais distantes as inundações, definitivamente não eliminam a recorrência dos sinistros (*passim* BRAZIL/CANADA, 1991).

15 *O dinheiro*, assevera Anthony GIDDENS, reportando a Georg Simmel, constitui um mecanismo de desencaixe, um meio de distanciamento no tempo-espaço, *pois possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço* (1991: 32). O caráter de *ficha simbólica* que Anthony GIDDENS empresta ao numerário é derivado de seu significado como meio de intercâmbio, que circula sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com ele em qualquer conjuntura particular (1991:30).

16 Existem especificidades quanto às cidades do Primeiro Mundo. Embora possam ser elencados exemplos de degradação de áreas urbanas nas metrópoles do Norte, esta tendência, nos países centrais, conquista uma dimensão e uma série de feições próprias, diferentes do III Mundo. Podemos identificar estas particularidades, por exemplo, no papel e no sentido das atuais migrações intraurbanas nos Estados Unidos. Nas últimas décadas, corporificou-se um poderoso movimento das classes médias urbanas norte-americanas seguindo para o entorno das grandes cidades, formando os chamados *suburbs*, que apenas muito contextualizadamente ocorrem nos países periféricos. Ademais, a urbanização, um tanto estabilizada nos países centrais, tende a tornar-se cada vez mais um fenômeno característico das nações pobres. Assim, são as concentrações urbanas dos países periféricos as que melhor tipificam a torção do tempo-espaço da Modernidade. *Por fim, recorde-se que atualmente, das 21 maiores cidades do mundo, treze situam-se na Ásia, quatro na América Latina (das quais duas no Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro), duas na África, duas nos Estados Unidos e nenhuma na Europa.* Em 1950, sete das quinze maiores aglomerações do mundo situavam-se no Primeiro Mundo, proporção que diminuiu para três no ano 2000. Para a segunda década do novo milênio, prevê-se que apenas duas metrópoles do Norte, Tóquio e Nova York, continuarão a frequentar o *ranking* das quinze maiores cidades do mundo. Mais ainda, em 2015, das 27 maiores cidades do mundo, apenas 5 - Tóquio, Nova York, Los Angeles, Osaka e Paris - localizavam-se nos países desenvolvidos.

16 A expansão destes núcleos é incentivado por processos perversos de especulação imobiliária que reservam sempre as áreas mais desfavoráveis para a população de baixa renda. No Brasil, por exemplo, *não há dúvida de que são sempre as baixadas sujeitas a toda sorte de inundações, ou a encostas, onde a planta bidimensional esconde as medidas e a situação do lote na realidade, as primeiras áreas colocadas à venda* (OLIVEIRA: 1982: 113). Nas grandes concentrações urbanas do Hemisfério Sul, processo de ocupação e especulação atira-se ainda sobre áreas de preservação ambiental ou mesmo de mananciais de água potável.

17 A obra *As Consequências da Modernidade*, de Anthony Giddens, ameculhou um certo consenso quanto às avaliações feitas, no geral bastante consistentes, relativamente às características e desdobramentos da Modernidade. Por outro lado, com base numa argumentação contrária à *desconexão entre especulação utópica e realismo*, Anthony Giddens renuncia à reflexão relativa a uma reorganização do tempo-espaço, tal como esta se apresenta na atualidade. Para este sociólogo, *a minimização dos riscos de alta consequência*, isto é, os relacionados com a questão ambiental, deve concretizar-se nos marcos da sociedade existente (GIDDENS, 1991: 162-177).

## CONHEÇA A SÉRIE ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO



<http://mwtextos.com.br/antropologia-do-espaco/>

### ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO: TÍTULOS DO MESMO AUTOR



[http://mw.pro.br/mw/cartografias do racismo 01.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografias%20do%20racismo%2001.pdf)

[http://mw.pro.br/mw/cartografias do racismo 02.pdf](http://mw.pro.br/mw/cartografias%20do%20racismo%2002.pdf)



Os debates sobre a temática antropológica são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, MEIO AMBIENTE, CARTOGRAFIA, AFRICANIDADES, CIÊNCIA DA RELIGIÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:

<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:

[atendimento@kotev.com.br](mailto:atendimento@kotev.com.br)